

A posição teórica de Álvaro Cunhal face ao patriotismo e ao internacionalismo (1960-1968)

Marta Lima e Silva Corado

Orientador: Professor Catedrático António Costa de Albuquerque de
Sousa Lara

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Ciência Política

Lisboa

2018

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

Índice

Parte I

Introdução	3
Metodologia.....	7
Enquadramento teórico.....	11
A posição teórica de Álvaro Cunhal face ao patriotismo e ao internacionalismo.....	16
1. Apontamentos históricos.....	16
1.1. Pré-1960	17
1.2. 1960-1962.....	21
1.3. 1963-1965.....	23
1.4. 1966-1968.....	26
2. Conceitos operacionais	31
2.1. Patriotismo.....	31
2.2. Internacionalismo.....	36
2.3. Estado	38
2.4. Questão Nacional	40
3. Princípios teóricos.....	43
3.1. Adaptação do marxismo-leninismo	46
3.2. Patriotismo e internacionalismo.....	47
3.3. Unidade nacional e internacional.....	48
Sínteses e conclusões	53
Bibliografia.....	57

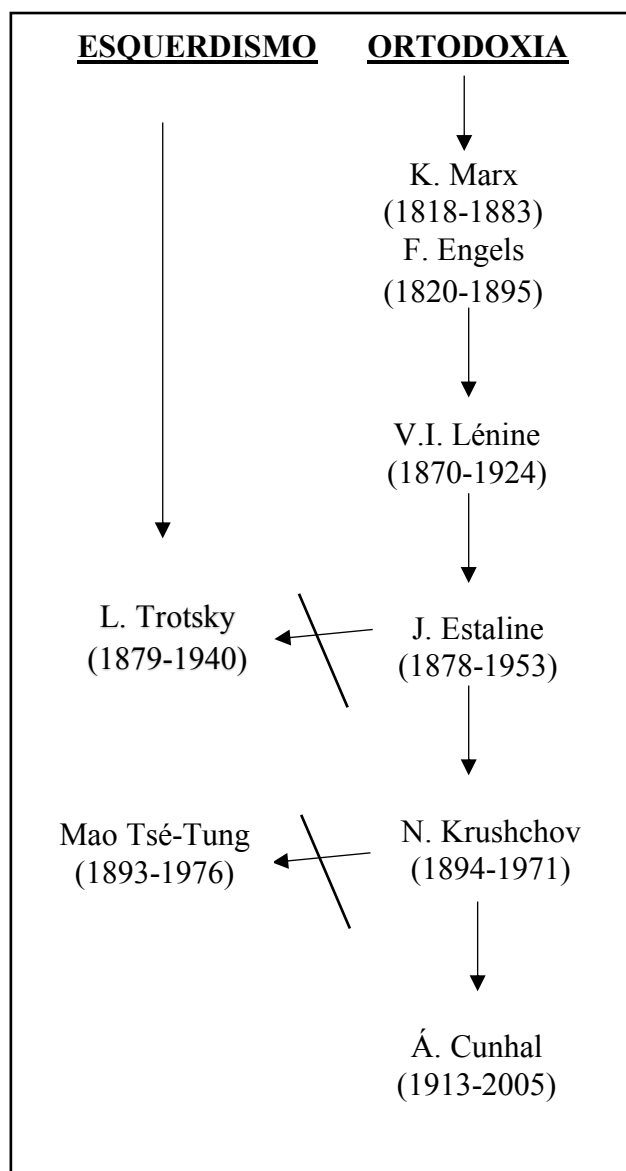
Parte I

Introdução

Temos como objectivo escrever uma dissertação teórica contrariando a tendência observada e descrita por Carmo e Ferreira: “[...] uma atitude de reserva face à teoria, considerando-a algo de esotérico, sem qualquer utilidade prática para o exercício do trabalho empírico” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 39).

A teoria tem como principal objetivo a orientação, uma vez que “uma boa teoria funciona como bússola, não como espartilho, de qualquer processo de investigação” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 39). É ela que baliza e delimita os factos que queremos estudar. Para além disso, ajuda-nos a compreender, conceptualizar e classificar, de modo a centrarmos e restringirmos a nossa investigação. Por fim é uma ferramenta de previsão de novos factos e relações, tendo por base outros já conhecidos.

A teoria que queremos aprofundar e que servirá de temática é a marxista. Distinguimos esta teoria em dois grandes grupos, havendo, no entanto, outras correntes marxistas que não irão ser utilizadas nesta dissertação. As duas correntes estão sintetizadas no seguinte gráfico:



Fonte: adaptação de (Lara, 2015, p. 529)

O primeiro grupo é o da ortodoxia marxista, composto pelo marxismo de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) e pelas contribuições teóricas de Vladimir Lénine (1870-1924), Josef Estaline (1878-1953), Nikita Krushchov (1894-1971) e Álvaro Cunhal (1913-2005). O segundo grupo é o do esquerdismo que vem introduzir o pensamento de Leon Trotsky (1879-1940) e o de Mao Tsé-Tung (1893-1976). A separação entre ortodoxia e esquerdismo é feita pelo ponto de vista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e, consequentemente do Partido Comunista Português (PCP).

No seguimento da ortodoxia marxista aparece a personagem principal desta dissertação: Álvaro Cunhal. Será exactamente no pensamento do Secretário-Geral do PCP que nos iremos

focar para desenvolver dois conceitos centrais desta dissertação: o patriotismo e o internacionalismo.

Assim sendo, utilizaremos o marxismo como base e procuraremos evidenciar a relação dialética entre patriotismo e internacionalismo, de acordo com o que foi a visão do PCP, especificamente, a do seu Secretário-Geral Álvaro Cunhal, durante o período em análise.

Os conceitos de patriotismo e internacionalismo são centrais ao pensamento marxista. Ressalvando a relação entre os dois, no espírito da dialética das contradições marxistas “[...] da qual vem o movimento [da natureza e da sociedade]” (Favrod, 1976, p. 68)¹, gostaríamos de explorar a natureza e os cambiantes desta relação.

Nesta fase introdutória será também oportuno esclarecer o período a que nos iremos cingir, de modo a concentrarmos esforços e estreitarmos a pesquisa de uma forma eficiente.

Álvaro Cunhal, como é sabido, foi Secretário-Geral do PCP durante um vasto período, mais especificamente de 1961 até 1992. Nestes 31 anos o panorama político nacional e internacional sofreu várias alterações. Não só a situação política nacional, nomeadamente a dinâmica do PCP, assim como também a relação de forças internacional.

Em linhas gerais, os anos que vão de 1961 até 1974 contemplam o período de clandestinidade do PCP até à Revolução de Abril; os de 1975 até 1989 coincidem com a legalização do partido, o Processo Revolucionário em Curso, as primeiras eleições livres, a queda do Muro de Berlim e consequente implosão do bloco soviético e por fim, os de 1990 até 1992 marcam uma fase de adaptação e reorganização no seio do partido, consequência do desaparecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, doravante designada URSS, e do aprofundamento das divergências resultantes do fim da mesma.

Iniciaremos a nossa dissertação a partir de 1960, por ter sido um ano rico de acontecimentos decisivos para os subsequentes, dos quais iremos considerar para análise os oito anos seguintes. A escolha deste período deve-se ao facto de ser aquele em que Álvaro Cunhal teve maior produção teórica e assim, o período que consideramos ser mais relevante no domínio académico.

¹ Tradução livre da autora. No original: “*Toute réalité, qu’il s’agisse de la nature ou de la société, implique ces contradictions d’où procède son mouvement*”.

Uma questão que poderá surgir é a seguinte: qual a razão para anos tão relevantes como 1974 e 1975 terem sido excluídos? Em primeiro lugar devido ao facto de a literatura relativa a esse período ser mais extensa. A literatura sobre o 25 de Abril, o PREC e o papel do PCP e Álvaro Cunhal é vasta, logo, pensamos que ao nos cingirmos sobre ao período pré-25 de Abril será mais desafiante a nível pessoal.

A escolha prendeu-se também pelo período de 1960 a 1968, uma vez que, indirectamente, nos quisemos debruçar sobre os efeitos imediatamente pós-XX Congresso do PCUS e a posterior correcção do desvio de direita. Acreditamos que o período que vai de 1960 a 1963/1964 será o melhor período para explicar tal facto. Como teremos oportunidade de expor, a “política de coexistência pacífica” terá consequências não só a nível interno, como também a nível internacional, influenciando assim a posição teórica de Álvaro Cunhal sobre o patriotismo e internacionalismo.

Por outro lado, escolhemos terminar em 1968, uma vez que pensamos ser o culminar do processo que nasce do XX Congresso do PCUS, com os efeitos do desvio de direito e o surgir do esquerdismo, intimamente ligado a este acontecimento histórico. Mais uma vez, os reflexos do processo da radicalização das correntes marxistas-leninistas, que culminam no Maio de 68, tiveram efeitos quer a nível nacional quer a nível internacional.

Apesar de esta dissertação se inserir na área das ciências sociais, a análise da base económica ou, na terminologia marxista análise da infraestrutura, não poderá ser descurada, uma vez que é o âmago do marxismo. De facto, a teoria desenvolvida por Marx e Engels é, em primeiro lugar, económica e só numa segunda instância uma teoria política e sociológica.

Apesar da necessidade de haver uma análise das condições económicas e materiais, o objectivo da dissertação é uma análise histórica e, posteriormente, teórica e não uma dissertação de natureza económica. É importante reforçar que, em qualquer caso, uma análise marxista correcta terá necessariamente de possuir um substrato económico bem definido, como iremos explicar mais em diante.

Metodologia

Sendo esta uma dissertação de base teórica, a metodologia utilizada será predominantemente, mas não exclusivamente, qualitativa. O modelo observante desta dissertação será o marxismo, uma teoria que se insere na metodologia qualitativa.

John Creswell (2009) afirma que antes de se iniciar uma pesquisa é necessário identificar os pontos de vista filosóficos (*philosophical worldviews*), considerando-os uma “[...] orientação geral sobre o mundo e da natureza da pesquisa [...]” (Creswell, 2009, p. 6)². De entre os quatro pontos de vista filosóficos que o autor elenca o que melhor corresponde à dissertação teórica que queremos realizar é o construtivista.

Para o mesmo autor, o construtivismo é caracterizado por ser uma perspectiva que busca a interpretação e a construção histórica e social. Sendo que o principal objectivo é “[...] interpretar os significados que os outros têm sobre o mundo [visto que] o ser humano interage com o seu mundo e tentar compreendê-lo com base na sua perspectiva histórica e social [...]” (Creswell, 2009, pp. 8-9)³.

Elencamos quatro conceitos operacionais centrais à nossa dissertação: patriotismo, internacionalismo, Estado e questão nacional. Os conceitos operacionais que nos propomos a desenvolver são materiais, isto é, relativos à *praxis*. Apesar de a teoria ser fundamental, “[...] no processo da prática e da teoria, é à prática material que vem finalmente a caber o primado, no que diz respeito ao fundamento último da determinação” (Barata-Moura, 1978, p. 287), sendo que é importante não esquecer que a relação entre os conceitos operacionais, será necessariamente dialética, inserida naquilo que é o espírito do marxismo.

Por acreditarmos que estes conceitos são não só fundamentais para sustentar a dissertação como também para definir aquilo que é o pensamento teórico de Álvaro Cunhal, deixámos a sua problematização para o desenvolvimento. Visto que o pensamento teórico de Álvaro Cunhal será necessariamente imbuído daquilo que são os nossos conceitos operacionais uma análise interligada parece-nos mais coerente.

² Tradução livre da autora. Do original: “[...] *general orientation about the world and the nature of research* [...]”;

³ *Idem*. Do original: “[...] *to make sense of (or interpret) the meanings other have about the world [...] humans engage with their world and make sense of it based on their historical and social perspectives*”.

Reiteramos que uma visão interdisciplinar, subjacente e intrínseca à teoria marxista, é importante, uma vez que os conceitos em análise são epifenomenais ou, utilizando a terminologia marxista, superestruturais. Assim sendo, é imperativo desenvolver uma análise concreta e objectiva da realidade económica e da própria evolução histórica de cada caso e de cada país que se analisa. Desta forma, fica explicada a razão pela qual os enquadramentos históricos e, no caso do estudo de autores, biográficos são imprescindíveis.

Dentro do paradigma qualitativo utilizaremos uma análise holística, analisando vários campos da vida do autor, no panorama nacional, internacional e também os factores económicos. Por outro lado, faremos também uma análise interpretativa, recorrendo ao estudo simultâneo da vida e da obra de Álvaro Cunhal, dentro da óptica da dialéctica marxista (Creswell, 2009, p. 176).

A revisão bibliográfica tem grande importância, em especial devido ao enquadramento teórico, como já foi referido, o marxismo, em que nos propomos aprofundar o objecto de estudo. O universo literário de escritos marxistas é bastante vasto, o que faz com que haja inúmeros livros, discursos, cartas, manifestos, *papers* e artigos científicos escritos sobre esta teoria.

Teremos por base fontes primárias do autor, como por exemplo: *Rumo à Vitória*, 1964; *A Questão do Estado, Questão Central de cada Revolução*, 1967; *O Internacionalismo Proletário – Uma Política e Conceção do Mundo*, 1970; *Radicalismo Pequeno Burguês de Fachada Socialista*, 1970; documentos dos órgãos centrais do PCP e, por outro lado, intervenções de membros do PCP, no âmbito de uma Conferência realizada na Faculdade de Letras de Lisboa sobre a vida de Álvaro Cunhal.

Objecto de estudo

Desta forma chegámos ao nosso objecto de estudo: a posição teórica de Álvaro Cunhal relativamente ao patriotismo e internacionalismo, no período de 1960 a 1968.

Questão nuclear de investigação

A questão nuclear de investigação é o nosso início e o nosso fim. É através da pergunta que iniciamos a nossa investigação e é com a resposta à mesma que a terminamos, uma vez que “o objetivo da investigação é responder à questão de partida” (Quivy & Campenhoudt, 1998,

p. 211). A nossa pergunta de partida é a seguinte: qual o carácter da relação entre o patriotismo e o internacionalismo na teoria de Álvaro Cunhal, no período de 1960 a 1968?

Objectivos de pesquisa gerais e específicos

Temos como objetivo geral entender como se relaciona o patriotismo e o internacionalismo no pensamento teórico de Álvaro Cunhal, entre 1960 e 1968. Delineámos também dois objetivos específicos: 1) compreender a evolução dos conceitos patriotismo e internacionalismo e 2) em que medida os acontecimentos históricos os moldaram – em Álvaro Cunhal e dentro do intervalo de tempo estabelecido.

Revisão da literatura

Sobre o tema que nos propomos estudar, a posição teórica de Álvaro Cunhal face ao patriotismo e internacionalismo entre 1960 e 1968, pouco tem sido escrito. Deste modo, a revisão da literatura, também chamada de estado da arte, cingiu-se a um escasso número de fontes primárias e secundárias, ou seja, autores que abordaram o tema directa ou indirectamente.

A principal fonte primária foi a intervenção de Albano Nunes, intitulada *Patriotismo e Internacionalismo; o nacional e o internacional na luta de classes*, apresentada no Congresso realizado na Faculdade Letras da Universidade de Lisboa nos dias 26 e 27 de Outubro de 2013, intitulado *Álvaro Cunhal, o projecto comunista, Portugal e o mundo hoje*. Devido ao seu papel de relevo na pesquisa e na formulação do pré-projecto que levou a esta dissertação, pensamos que será relevante a sua análise aquando da explicitação do pensamento teórico de Álvaro Cunhal.

Em traços gerais, vai considerar pontos importantes da nossa dissertação, como por exemplo a posição de Álvaro Cunhal relativamente ao patriotismo, internacionalismo, a relação entre os dois e a sua relevância na luta de classes.

Relativamente às fontes secundárias, escolhemos a biografia política de Álvaro Cunhal, de José Pacheco Pereira, no seu quarto volume, intitulado *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política, O Secretário Geral (1960-1968)*, que indirectamente aborda o objecto de estudo desta dissertação, embora através de uma análise histórica e não teórica.

Visto que a literatura científica sobre este tema é escassa, consideramos que esta dissertação será pertinente e poderá trazer contributos para a reflexão sobre como o marxismo-leninismo evoluiu e se adaptou à realidade portuguesa.

Será também pertinente afirmar que, apesar do papel importante que teve a intervenção de Albano Nunes na redação desta dissertação, a análise teórica será feita através do ponto de vista da autora.

Pertinência da escolha do objecto de estudo

A presente dissertação no âmbito do Mestrado de Ciência Política do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, teve como repto uma figura marcante da história de Portugal do século XX: Álvaro Cunhal. O dirigente comunista deixou um vasto legado teórico, no seguimento da ortodoxia marxista-leninista, importante não só para a teoria política portuguesa, mas também para a história de Portugal do século XX.

O pensamento teórico de Álvaro Cunhal pouco tem sido explorado, sendo que as análises tendem a recair no colectivo partidário. Desta forma, acreditamos que uma dissertação inserida no âmbito universitário sobre o pensamento teórico de Álvaro Cunhal, interligado com a sua acção política, trará um debate importante para a Academia.

Entre outras questões pertinentes, uma dissertação sobre os conceitos de patriotismo e internacionalismo levanta dois pontos importantes que a tornam um exercício teórico relevante. Em primeiro lugar, o conceito de patriotismo é central no pensamento político das sociedades, sendo a base de várias correntes e políticas, é também parte fundamental do léxico não só político como quotidiano. Assim sendo, consideramos que é um exercício importante problematizá-lo e teorizá-lo. A segunda razão prende-se com a necessidade de associação dos indivíduos, Estados ou partidos políticos. O internacionalismo encerra em si uma vasta tradição de uma forma diferente de relação multilateral entre os povos, partidos e Estados e, em última análise, uma visão alternativa do que poderá ser um novo modo de organização mundial.

Obstamos as correntes que afirmam que o marxismo já não tem um papel essencial no debate político do século XXI. Pelo contrário, reiteramos que esta corrente continua a ser uma das mais completas do pensamento político, trazendo para o debate temas tão actuais como o poder económico-financeiro e sua interligação com o poder político, as desigualdades sociais,

a dependência económica e política, o desenvolvimento desigual do capitalismo, a globalização, os mercados, entre outros.

A nível pessoal, a principal motivação para a escolha deste tema foi a actual palavra de ordem do PCP: *“Por uma política patriótica e de esquerda”*. Esta palavra de ordem é a transposição, *mutatis mutandis*, do que pretendemos estudar aos dias de hoje. Como pode um partido intrinsecamente internacionalista defender uma política de esquerda. É exactamente este o ponto que pretendemos estudar, na perspectiva de Álvaro Cunhal.

Em suma, consideramos a questão central da nossa dissertação, não só relevante na história do pensamento e teoria política de Portugal no século XX, como também pertinente no âmbito académico por levantar questões relevantes a serem avaliadas, como é o caso do patriotismo e do internacionalismo.

Enquadramento teórico

O marxismo é uma teoria económica que nasce do embate ideológico do século XIX entre as correntes filosóficas idealistas e materialistas. Esse debate esteve presente na elaboração do pensamento de Karl Marx, que dá o nome à teoria. O autor, juntamente com Friedrich Engels, teve como ponto de partida a teoria predominante do século XIX, o idealismo, do qual Hegel foi o mais influente teórico. Marx e Engels, tendo por base o idealismo inverteram-no, já numa perspectiva filosófica materialista, cujo o principal teórico foi Ludwig Feuerbach.

Desta forma, Marx desenvolveu a sua teoria, criando uma nova forma de explicar a realidade que o rodeava, uma sociedade em profunda mudança, fruto da Revolução Industrial. Contudo, o principal objetivo não era somente pensar o mundo num plano metafísico e idealista, era sim mudar o mundo, pela acção e pela força humana. Como afirmou Karl Marx (2003) “os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo”.

O substrato teórico do marxismo são as relações de produção, a chamada infra-estrutura, está assente nas relações de produção entre duas classes específicas, naturalmente opostas: o proletariado e a burguesia. Tudo o resto, como por exemplo a política, o direito ou as relações

sociais, são emanções dependentes e intrinsecamente ligadas a esta infra-estrutura, às quais se dá o nome de super-estrutura.

As duas classes, fruto da violenta revolução social que se dá no início do século XVII, estendendo-se até ao século XIX, opõem-se natural e violentamente, dando origem a um dos pilares do marxismo, a luta de classes. Esta não é uma realidade única do período em que foi teorizado o marxismo. Como Marx e Engels nos explicaram:

A história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes. [Homem] livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo [*Leibeigener*], burgueses de corporação [*Zunftbürger*] e oficial, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora oculta ora aberta, uma luta que de cada vez acabou por uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou pelo declínio comum das classes em luta (Marx & Engels, 1997)⁴.

Ressalvando esta oposição entre classes, o marxismo observa que a única via para a eliminação da desigualdade e da dominação de uma classe pela outra é uma sociedade sem classes, na qual não há necessidade da exploração do homem pelo homem e que, naturalmente, levaria ao fim do Estado tal como o conhecemos.

A transição para uma sociedade sem classes terá de ser necessariamente feita pela via revolucionária armada, assumindo as características de uma guerra civil (Lara, 1987, p. 134). Esta questão foi bem explicada por Lénine, a propósito da Iª Guerra Mundial:

É dever do socialista a propaganda da luta de classes também no exército; o trabalho visando transformar uma guerra de povos em guerra civil é o único trabalho socialista numa época de confrontação armada imperialista da burguesia de todas as nações. [...] Ergamos a bandeira da guerra civil! (Lénine, 1984a, p. 176).

O papel central da violência fora reiterado tanto por Marx como por Engels, uma vez que observado o curso da história, serão sempre as revoluções que trarão as mudanças, assim o foi com a escravatura e com o feudalismo e assim o será com o sistema capitalista, uma vez que “a violência é a parteira de toda a velha sociedade que está grávida de uma nova” (Marx, 1999)⁵.

Este processo revolucionário entre sociedade capitalista e sociedade sem classes terá uma fase de transição intermédia, a ditadura do proletariado. Por ditadura do proletariado

⁴ Fonte electrónica;

⁵ *Idem*. Tradução livre da autora. No original: “Force is the midwife of every old society pregnant with a new one.”.

entende-se a fase da revolução socialista que levará ao comunismo, invertendo as relações de produção, de modo a que o proletariado tome o poder em detrimento da classe burguesa. Como afirmavam Marx e Engels (1997)⁶, os proletários “[...] nada têm a perder nela [revolução] sem ser as suas cadeias. Têm um mundo a ganhar”.

Apesar de se tratar de uma dissertação maioritariamente teórica, é impossível dissociá-la da acção criativa e transformadora do Homem (Petrović, 2012, p. 435), a chamada *praxis* na teoria marxista e das circunstâncias que marcaram cada autor e do contexto em que a escrevemos. Assim sendo, evidenciamos, “[...] neste caso da articulação da teoria com a prática e com a realidade objetiva, em geral, uma relação complexa, que se define concretamente em termos dialéticos [...]” (Barata-Moura, 1978, p. 281). A teoria e a prática são indissociáveis, uma vez que “a «*ciência do materialismo histórico e dialético*» não será, pois, concebível sem a doutrina política e a prática concreta que a antecedem, lhe dão origem e a justificam a todo o tempo” (Lara, 1987, p. 45).

O modelo observante desta dissertação, como já foi referido, é o marxismo. Este considera-se uma ciência - socialismo científico – logo, apresenta uma metodologia própria. Esta metodologia assenta num princípio fundamental, o materialismo, nas suas duas vertentes histórica e dialética.

O materialismo dialético é o método marxista de análise da realidade, que surge como uma quebra definitiva no idealismo. O marxismo insere-se nas teorias filosóficas materialistas, uma vez que estabelece o primado da matéria e afirma que será pela acção dos homens, e não pelas suas ideias, que haverá uma efectiva mudança. Assenta em dois pilares: o materialismo histórico, com uma forte influência evolucionista, e o materialismo dialético, fundado na dialética hegeliana, de base idealista. Em linhas gerais:

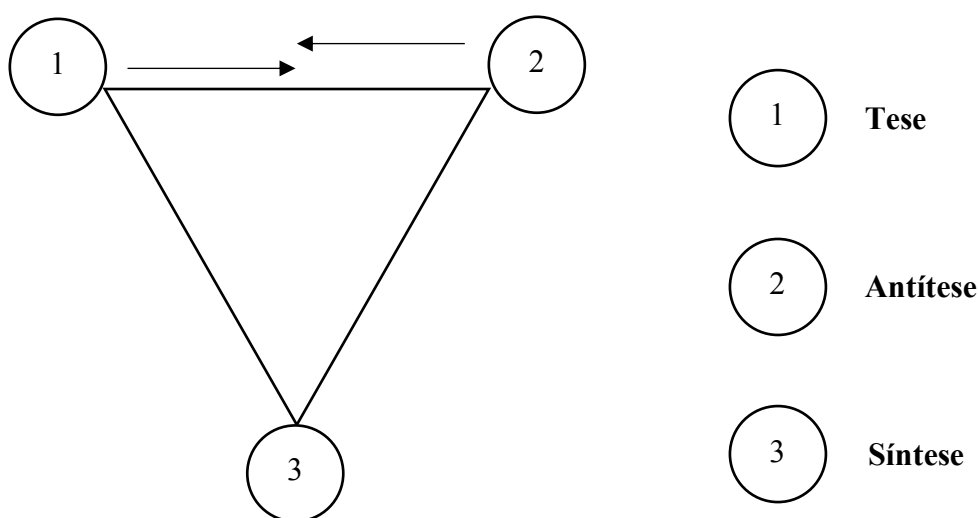
O princípio do idealismo – o entendimento especulativo da realidade como espírito (absoluto) – une duas tendências antigas da dialéctica, a ideia como *razão* e a ideia da dialéctica como *processo*, na noção da dialéctica como um *processo de razão* que se auto-gera, auto-diferencia e se auto-particulariza (Kamenka, 2012, p. 168)

É uma teoria com base histórica visto que aplica os “[...] princípios do materialismo dialético ao estudo da vida social, aos fenómenos da vida da sociedade, ao estudo desta e de

⁶ Fonte electrónica.

sua história” (Estaline, 2015)⁷ e dialética uma vez que os fenómenos materiais possuem movimento, sendo que tudo é mutável e transitável.

Comecemos por definir o materialismo dialético: “[...] é uma forma de entender a realidade; quer sejam pensamentos, emoções ou o mundo material [...]” (Marxists Internet Archive Encyclopedia, s.d.)⁸, ou seja, o conhecimento é um processo necessariamente marcado por contradições entre o sujeito e o objecto. São as contradições que levam ao desenvolvimento, na lógica idealista da dialética hegeliana de tese, antítese, síntese. O seguinte gráfico esquematiza o processo dialéctico:



O materialismo dialético vem acrescentar o papel determinante da prática, assim sendo, este gráfico mostra-nos em primeiro lugar que os fenómenos materiais possuem movimento. O movimento de embate entre a tese a antítese faz com que surja a síntese, ou seja, a criação de uma nova realidade.

Trotsky ressalva a diferença entre a dialéctica idealista e a materialista afirmando que:

Apelidamos a nossa dialéctica de materialista, uma vez que as suas raízes não estão no céu nem nas profundezas do nosso “*livre arbitrio*”, mas na realidade objectiva,

⁷ Fonte electrónica;

⁸ *Idem*. Tradução livre da autora. Do original: “*Dialectic Materialism is a way of understanding reality; whether thoughts, emotions, or the material world*”.

na natureza. A consciência cresceu do inconsciente, a psicologia da fisiologia, o mundo orgânico do inorgânico, o sistema solar das nebulosas (Trotsky, 2007b)⁹.

Há uma efectiva base cognoscível e orgânica que contraria por completo a concepção metafísica e transcendente do Universo. Ou seja, “ao superar a oposição metafísica dos conhecimentos sensorial e racional, o materialismo dialéctico, além de o apresentar de uma maneira nova, resolveu de uma maneira nova o problema da cognoscibilidade do mundo” (Boguslavski, et al., 1978, p. 187).

Todavia, as ideias e pensamentos, espelhadas nas teorias, apesar de, “por si só [...] não causa[re]m [nem] determina[re]m materialmente transformações objectivas no real” (Barata-Moura, 1978, p. 283), têm um papel orientador importante na prática política, sendo certo que “a teoria não é uma prática, isto é, a teoria não possui, em si e por si, um poder determinante, em última instância, sobre o real” (Barata-Moura, 1978, p. 281).

Assim sendo e ao contrário do que se poderia supor, as ideias não têm um lugar secundário no processo dialéctico. O que existe é uma complementaridade necessária das ideias com a sua realização material, como afirmava Lénine “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário” (Lénine, 2016)¹⁰. As ideias e a prática são as duas peças da engrenagem que se influenciam mútua e constantemente, sem as quais a máquina não pode funcionar.

Será necessariamente a relação entre as duas que gerará a continuidade e a mutação dialéctica da história, como reitera Barata-Moura (1978, p. 67), “[...] a relação, a transformação, a própria substância do devir. A passagem, o trânsito, de uma unidade [...] para outra unidade [...]”. É esta constante mudança, fluidez e interligação nos acontecimentos históricos que nos permite entender o materialismo dialéctico e a sua importância para esta dissertação e é também este o ponto que separa a dialéctica marxista da idealista.

⁹Fonte electrónica. Tradução livre da autora. Do original: “*We call our dialectic materialist, since its roots are neither in heaven nor in the depths of our “free will”, but in objective reality, in nature. Consciousness grew out of the unconscious, psychology out of physiology, the organic world out of the inorganic, the solar system out of the nebulae*”. Itálicos do original;

¹⁰ *Idem*.

Parte II

A posição teórica de Álvaro Cunhal face ao patriotismo e ao internacionalismo

1. Apontamentos históricos

Não tendo como objectivo escrever uma biografia detalhada do antigo Secretário-Geral do Partido Comunista Português é, todavia, imperativo fazer, ao longo da dissertação, uma análise contextual e uma teórica, de modo a termos uma visão abrangente e completa dos acontecimentos.

Deste modo, achamos importante dedicar parte da nossa dissertação à exposição e análise dos acontecimentos históricos entre 1960 e 1968 para, no final, fazermos a síntese (no espírito marxista da dialéctica) do pensamento teórico de Álvaro Cunhal.

Apesar de a nossa dissertação se focar no pensamento teórico de Álvaro Cunhal, não podemos, de modo algum, dissociar o autor do seu contexto, circunstâncias e organização partidária em que militava. Esta ligação indivíduo/colectivo ou, neste sentido, Cunhal com o PCP, desempenha um papel da maior importância e, reiterando, mais uma vez, a necessidade de enquadrar o autor no espaço, no tempo e nas suas circunstâncias, de modo a entendermos quem é o autor e quais as influências que sofreu o seu pensamento.

As conclusões e análises que Cunhal faz referentes à relação dialéctica entre patriotismo e internacionalismo proletário, o nosso objecto de estudo, são obrigatoriamente fruto dessa outra relação dialéctica latente (indivíduo/colectivo). Barata-Moura (2013)¹¹ afirmava que “o PCP não é, nem nunca foi, propriedade do cidadão Álvaro Cunhal.”, resumindo, que a relação de Cunhal com o Partido é de pertença dialéctica e não de domínio ou de posse.

A linha mestra no pensamento e nas actuações de Álvaro Cunhal prende-se com a construção e com a defesa da natureza de classe e da identidade comunista do Partido. Assim sendo, para uma correcta análise das situações históricas da vida de Cunhal, é importante termos esta relação sempre presente.

¹¹ Fonte electrónica.

Álvaro Cunhal, a figura central da nossa dissertação, tem um longo percurso no Partido Comunista que começa bastante antes de 1960. Contudo, escolhemos começar a nossa análise nesse ano, uma vez que é nessa data que tem lugar a fuga da cadeia de Peniche, dando início ao seu exílio que viria a terminar no dia 30 de Abril de 1974. Iremos analisar o período que vai de 1960 até 1968, uma vez que, como já tivemos oportunidade de mencionar, marca o início do exílio de Álvaro Cunhal e, por outro lado, o início do “marcelismo”¹².

1.1. Pré-1960

O Partido Comunista Português surge para preencher um vazio no espectro político português, até aí ocupado pela corrente anarco-sindicalista. Constitui-se através do movimento dialéctico de variadas circunstâncias que “(...) criam historicamente as condições para a sua entrada em cena” (Barata-Moura, 2013)¹³. Acompanhando a tendência mundial desencadeada pela Revolução de Outubro de 1917, o PCP é criado a 6 de Março de 1921, tendo sido ilegalizado 5 anos depois, em 1926.

Inicia, por via das circunstâncias (golpe militar de 28 de Maio de 1926), actividade revolucionária clandestina. Em 1929, Bento António Gonçalves, operário e sindicalista, é eleito Secretário-Geral do Partido Comunista Português. Dirige o PCP até à sua morte no Tarrafal, em 1942 (Cunhal, 1975, p. 17).

O Partido, tendo uma orientação marxista-leninista, desde cedo percebeu a necessidade e a importância de manter relações com outros partidos com a mesma orientação política. Essa ligação era feita através do *Komintern*. Contudo, as dificuldades no seio do Partido foram crescendo e a sua actividade política abrandando. No final dos anos 30 do século XX, a Internacional Comunista corta relações com o PCP.

Os anos que se seguem são fundamentais para a história do PCP. O período que vai de 1940 a 1941 é chamado de “Reorganização”. Na verdade, será a “segunda reorganização”¹⁴ pela qual o Partido passa em apenas vinte anos (Cunhal, 1975, p. 13).

A reorganização de 1940-1941 surge num contexto nacional e internacional extremamente desfavorável. A nível nacional, a ditadura ganhava agora um novo ímpeto e

¹² Álvaro Cunhal vem criticar a “demagogia liberalizante” do marcelismo no seu livro *Radicalismo Pequeno Burguês de Fachada Socialista* (Cunhal, 1974a, p. 50);

¹³ Fonte electrónica;

¹⁴ A primeira reorganização dá-se quando o Partido se tem de adaptar à ditadura militar, ou seja, o período da organização clandestina pós-1926.

reforçava o seu aparelho repressivo, ajudada pelo reforço das posições alemãs e italianas no cenário de guerra – a II Guerra Mundial tinha começado poucos anos antes.

Os objectivos desta reorganização estavam longe de serem pouco ambiciosos. Era necessária uma total reformulação do aparelho partidário e reforço das estruturas clandestinas. Os objectivos eram:

Dar um forte impulso ao seu trabalho político, desenvolver a luta dos trabalhadores, ligar o Partido às massas, assegurar a continuidade do trabalho de direcção, rever métodos de defesa conspirativa, pôr de novo a funcionar a tipografia do "Avante!", vencer a desorientação e o desânimo que se tinham apoderado de muitos quadros do Partido, forjar quadros de grande firmeza e ténpera revolucionárias, dispostos a todos os sacrifícios e a passar pelas provas mais duras, elevar o seu nível político e ideológico, fortalecer a disciplina partidária (Morgadinho, 2001)¹⁵.

Contudo, apesar do panorama adverso, o processo de reorganização foi bem-sucedido e teve como resultados a aproximação do Partido às massas, várias jornadas de luta, greves, e paralisações nos anos de 1941 até 1943. No plano internacional, o restabelecimento das relações do PCP com o Partido Comunista da União Soviética (PCUS), no final da década de 40.

Na sequência da derrota da Alemanha nazi o clima apresenta-se mais favorável para o crescimento do PCP. Contudo, no final dos anos 40 do mesmo século, a repressão do regime português aumenta e o Partido passa novamente por uma vaga de infiltrações e muitos dirigentes são presos, como é o caso de Álvaro Cunhal, preso em 1949.

A par e passo o Partido desenvolvia a sua política de unidade nacional anti-fascista, na linha das orientações do VII Congresso da Internacional Comunista (1935), da chamada “frente única” ou “frente popular”. O Movimento Nacional de Unidade Anti-Fascista (MUNAF), o Movimento Nacional Democrático (MND), as Juntas de Acção Patriótica (JAP), a Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), as Comissões Democráticas Eleitorais (CDE), o MUD Juvenil e o Movimento Democrático das Mulheres (MDM) são alguns exemplos destas plataformas comuns na luta anti-fascista.

Apesar das diferenças no seio de cada movimento, havia um consenso em torno da questão da unidade como sendo a única forma de derrotar a ditadura fascista. Como se pode constatar, por exemplo, no Informe Político do IV Congresso do PCP (1946), o segundo realizado na clandestinidade. A política de unidade manter-se-á um traço característico do

¹⁵ Fonte electrónica.

pensamento de Cunhal, sendo que se vai manifestar também a nível internacional aquando do aparecimento de cisões no Movimento Comunista Internacional na década de 60.

As eleições de 1949 e de 1958 vêm aumentar a necessidade de um entendimento comum. Gera-se um apoio alargado às candidaturas de Norton de Matos, em 1949, e de Arlindo Vicente e Humberto Delgado, em 1958. Nestas últimas eleições, o regime sofre um grande abalo e torna-se cada vez mais visível e urgente a necessidade de um entendimento abrangente das forças democráticas contra o fascismo.

A defesa da via eleitoral pacífica e de transição, que ressurgirá após o XX Congresso do PCUS com o nome de “via pacífica” ou “coexistência pacífica”, já tinha tido eco no seio do PCP. No final da IIª Guerra surgiu a ideia de que era possível derrubar o regime pela via pacífica, a chamada política de transição. Esta linha não teve grande alcance e foi prontamente criticada e abandonada. Todavia, passada uma década, a orientação da transição pacífica voltou, desta vez como orientação do próprio PCUS.

Após a morte de Estaline em 1953, Nikita Kruschchov torna-se Primeiro-Secretário¹⁶ do PCUS. Em Fevereiro de 1956 realiza-se o XX Congresso do PCUS, um marco importante no Movimento Comunista Internacional (MCI) e no campo socialista. Este Congresso ficou para a história do movimento comunista devido às críticas de Kruschchov à liderança e ao culto de personalidade de Estaline e também, a nível da *praxis* marxista, pelo adoptar de uma nova orientação: coexistência pacífica. O clima internacional parecia apontar para esta nova política de distensão como uma possibilidade real.

O PCP adoptou esta orientação no seu V Congresso (1957), no entanto, as posições divergentes surgiram imediatamente, o que levaria a dissidências no seio do Partido a partir de 1962/63. Surgiram as acusações dos desvios de direita e estratégias para combater esta tendência, como são exemplos os documentos de 1960 e 1961, respectivamente *Três Questões para a Actualidade* e *O Desvio de Direita nos Anos 1956-1959 (Elementos de Estudo)*.

É reiterado que a passagem do capitalismo para o socialismo pode efectivamente ser feita pela via pacífica, como ficou aprovado no XX Congresso do PCUS. Cunhal vem criticar a direcção do Partido, afirmando que a adopção mecânica das teses do Congresso não teve em conta a realidade portuguesa e as características do regime fascista (Cunhal, 2008c, pp. 534-

¹⁶ O termo Secretário-Geral só voltará a ser usado com Leonid Brejnev.

535). É a partir desta altura que as críticas aos desvios de direita se intensificam no seio do partido tentando, todavia, conciliar posições com o eram as orientações do MCI.

Os anos que se seguem são anos de equilíbrio, ou de tentativa de equilíbrio, entre o panorama nacional e internacional, em suma, entre o que era efectivamente ajustado à realidade portuguesa e o que eram as directrizes oriundas do MCI e do PCUS. Ao mesmo tempo que se combatiam os desvios de direito no interior, seguiam-se orientações do MCI no que diz respeito à coexistência pacífica (Pereira, 2015, p. 119). Concluiu-se, numa posição conciliatória, que a solução da via pacífica seria viável em alguns países. Contudo, não em Portugal, devido à realidade política e social (Pereira, 2015, p. 122).

Três Questões para a Actualidade, documento de 1960, espelha de forma clara o conflito entre o que era a realidade nacional vs. as características do regime fascista e, por outro lado, o panorama internacional. O documento começa por afirmar que “a política da coexistência pacífica tem sido um factor determinante da defesa da paz” (Comissão Política do Partido Comunista Português, 1960, p. 1). Mais à frente, referindo concretamente o caso português, diz-se que “a admissão da possibilidade da transição pacífica do capitalismo para o socialismo em alguns países e em determinadas situações é problema diverso do derrubamento de uma ditadura fascista por meios pacíficos.” (1960, p. 4), demarcando a situação e as circunstâncias portuguesas. Ainda no mesmo documento conclui-se o seguinte:

Está excluído, em tais condições, que o governo possa ser derrubado sem um choque armado violento? Não, tal possibilidade não está excluída. [...] [contudo] não é de contar, nas condições presentes, e muito especialmente pelas incidências do problema colonial, com um abrandamento da política de terror do governo fascista, mas com a sua intensificação (Comissão Política do Partido Comunista Português, 1960, pp. 4-5).

Álvaro Cunhal vem elencar duas causas internacionais para o desvio de direita. Por um lado, as interpretações literais e mecânicas do XX Congresso do PCUS e, por outro, a reprodução das teses do Partido Comunista Espanhol (PCE), uma vez que havia uma dependência grande do PCP face ao PCE (Pereira, 2015, p. 69).

Álvaro Cunhal critica esta linha, afirmando haver um conflito de interpretação e aplicação das directrizes por parte da antiga direcção de Júlio Fogaça¹⁷ devido à transposição *ipsis verbis* da orientação do XX Congresso. Afirmava que a via pacífica não seria viável no

¹⁷ Júlio Fogaça (1907-1980), dirigente comunista, membro do Comité Central do PCP.

panorama português, ou seja, num panorama em que o problema imediato era o derrube de um regime fascista. Deste modo, a tensão entre as orientações do PCUS e do MCI face àquela que era a interpretação da realidade portuguesa é conciliada afirmando que, por um lado, o XX Congresso do PCUS não tinha declarado a universalidade das teses e, por outro, que cada país chegaria ao socialismo pela via adequada à sua realidade (Pereira, 2015, p. 70).

É a partir dessa altura que o Partido lança uma nova orientação, abandonando definitivamente a via pacífica e criticando o desvio de direita, que será consolidada no VI Congresso do PCP em 1964 (Cunhal, 1974b).

1.2. 1960-1962

Álvaro Cunhal estava preso desde 1949, tendo sido transferido para Peniche em 1958. A 3 Janeiro de 1960 protagoniza a fuga de Peniche e após algumas passagens por países europeus acaba por se radicar em Moscovo. Cunhal sai do país, mas há grandes objecções dentro do partido com receio de que a saída se tornasse permanente. Todavia, por razões de segurança (prisões e PIDE), foi a opção tomada. Pela primeira vez, o PCP iria colocar parte da sua direcção no exterior de modo permanente (Pereira, 2015, p. 109). O Partido permaneceu sem Secretário-Geral desde a morte de Bento Gonçalves em 1942, na prisão do Tarrafal. Esta situação vai-se manter até 1961, data da eleição de Cunhal.

O ano de 1961 assistiu a várias complicações para o regime. Os golpes no regime, que já se vinham acumulando desde as eleições de 1958 de Humberto Delgado, o golpe da Sé, o golpe de Beja, o assalto ao paquete “Santa Maria”, em Fevereiro do mesmo ano o início da guerra em Angola e em Dezembro a invasão de Goa. O debate sobre a questão da Guerra Colonial ganha, então, preponderância, trazendo à ordem do dia discussões importantes sobre a soberania e autodeterminação dos povos.

Gerou-se um clima de distensão do regime que antevia o início de um possível processo de definhamento. Teve como principais consequências por um lado, um maior apoio nos sectores moderados da oposição em torno da criação de uma plataforma de transição, que poderia passar por um golpe palaciano (*putchismo*) e, por outro lado, o acentuar da radicalização revolucionária e das tendências castristas e pró-chinesas (Pereira, 2015, pp. 156-157).

Álvaro Cunhal viu-se com duas “frentes de batalha”, por um lado o rescaldo da campanha de Delgado e os golpes da Sé e de Beja e, por outro lado, as cisões revolucionárias esquerdistas. Em ambos os casos a vontade da luta armada era um ponto comum. Este desagregar da oposição colocou problemas sérios ao nível da unidade nacional das forças democráticas. Além disso, também a contestação intelectual cresce no seio do PCP, devido à crise na Hungria (1956) e ao aumento das tensões no auge da Guerra Fria, levando ao aparecimento de um comunismo anti-soviético, traduzido no aparecimento de vários grupos adversos ao PCP (Pereira, 2015, p. 157).

O ano de 1962 em Portugal foi marcado por um aumento das tensões no País e da contestação ao regime. A crise académica de Março de 1962 constitui uma das expressões mais massivas da resistência estudantil à ditadura fascista (Nunes, 2002)¹⁸. Passados 2 meses sobre esta crise, nas comemorações do 1º de Maio, houve também fortes confrontos entre os manifestantes e a polícia.

Apesar do clima de tensão e crispação havia um certo consenso em torno da necessidade da unidade nacional anti-fascista, sendo a criação da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN) uma evidência deste facto. A FPLN tem a sua primeira conferência nos dias 28 a 30 de Dezembro de 1962. O objectivo desta conferência era o de encontrar formas práticas de acção comum contra a ditadura. Os pontos principais em discussão foram a questão da luta armada e a necessidade de um choque violento no regime, para além da questão colonial e da autodeterminação dos povos (Pereira, 2015, pp. 181-183).

No plano internacional, o PCP, não descurando o internacionalismo como uma das suas linhas matrizes, continua a estreitar relações com três dos mais importantes partidos comunistas europeus: Partido Comunista Francês (PCF), Partido Comunista Italiano (PCI) e Partido Comunista Espanhol (PCE), para além do PCUS que se mantém como a vanguarda do movimento internacional.

Contudo, essas relações nem sempre foram pacíficas, em especial com o PCE. O Partido Comunista Espanhol manteve a orientação da via pacífica após o PCP ter assumido uma posição crítica face ao desvio de direita, o que dificultou o diálogo. Do lado do PCP, a secundarização do papel do Partido em relação ao PCE desagradava Cunhal, uma vez que a posição

¹⁸ Fonte electrónica.

preponderante era a de que só derrubando Franco se derrubava Salazar, tornando-se o papel do PCP na luta internacional condicionado pela acção do PCE (Pereira, 2015, p. 129).

Álvaro Cunhal, em Moscovo, tenta demarcar o PCP dos restantes partidos comunistas europeus. Torna-se uma figura conhecida na URSS, passando a ter uma posição mais interventiva no movimento comunista e publicando com regularidade nos periódicos e órgãos de comunicação. Os temas abordados tinham como principal objectivo “[...] popularizar a situação portuguesa, com destaque para as lutas contra a ditadura e o papel do PCP nessas lutas; a importância da situação colonial, quer pelo risco de guerra colonial, quer pelo que já se estava a passar em Angola” (Pereira, 2015, p. 133).

A unidade a nível internacional também estava na ordem do dia, principalmente pelo agravamento do conflito sino-soviético, que se vinha a extremar desde 1960. Cunhal, uma vez mais, vem apelar à defesa da unidade do movimento comunista internacional, sendo que começam a crescer as críticas às posições dogmáticas do Partido Comunista Chinês (PCC) e do Partido do Trabalho da Albânia (PT Albânia).

1.3. 1963-1965

1963 é um ano marcado por cisões no movimento comunista internacional, que obviamente irão ter repercussões no PCP. Logo em Janeiro, em reunião do Comité Central (CC), são aprovadas críticas ao PT Albânia e ao PCC. Os chineses são acusados de cisionistas e de dogmáticos, enfraquecendo assim o MCI. Cunhal reage prontamente reafirmando a necessidade de unidade no seio do movimento comunista, tomando posições cada vez mais anti-chinesas (Pereira, 2015, p. 265).

Nesta altura Cunhal vem fazer uma série de elogios à coexistência pacífica, continuando a afirmar, contudo, que as soluções para a passagem para o socialismo variam consoante os países, referindo em particular o caso português (Cunhal, 2008e, p. 395). A epígrafe do Informe, de 1963 (*A Situação no Movimento Comunista Internacional*) apresentado na reunião do Comité Central do PCP e intitulada *A variedade dos caminhos para o socialismo*, é um bom exemplo da conjugação da perspectiva patriótica, ou seja, nacional, e internacionalista em Cunhal.

No mesmo Informe, Álvaro Cunhal reitera que os partidos comunistas de cada um dos diferentes países têm de saber qual é a etapa da revolução em que se encontra o seu próprio

país, de modo a actuarem da forma adequada (Cunhal, 2008e, p. 394). Concretiza conciliando a posição do PCP com a do PCUS e do XX Congresso, afirmando que é exactamente esse o ponto – o das diferentes fases da revolução – que diferencia a situação portuguesa. A ditadura fascista com um Estado centralizado e militarista não iria cair sem o recurso à violência e à insurreição popular. Começam a desenhar-se as linhas do que viria a ser a orientação do VI Congresso do PCP.

A partir de meados de 1963 as relações do PCUS com o PCC e com o PT da Albânia ficam mais tensas. O PCP segue o PCUS nas condenações. Em Portugal, os efeitos foram também visíveis. Uma vez que a vontade era a de acção militar imediata, as ideias pró-chinesas inspiraram vários movimentos esquerdistas, levando ao afastamento de vários quadros do PCP.

É neste contexto de radicalização política que, em Março de 1964, nasce a Frente de Acção Popular Anti-Fascista (FAP), o início dos grupos esquerdistas e do próprio esquerdismo, de influência maoísta, em Portugal. Este processo de “esquerdização” teve um efeito nefasto no Partido, levando a várias dissidências e cisões (Pereira, 2015, p. 280). Nos anos que se seguiram surgem mais movimentos esquerdistas, com especial penetração nos movimentos estudantis, de grande importância na luta anti-fascista.

Um exemplo desta separação motivada pelas ideias esquerdistas é Francisco Martins Rodrigues, funcionário do Partido e membro do CC. O quadro do Partido rompe definitivamente com o PCP, mimetizando o que no MCI se desenrolava. A cisão sino-soviética, como veio a ser conhecida, começava a abalar a estrutura interna do PCP.

Francisco Martins Rodrigues, vem afirmar em 1985, que o PCP sofreu uma transformação pequeno-burguesa sob a condução das ideias de Álvaro Cunhal (Rodrigues, 1985, p. 180). Vem também criticar a posição do PCP relativamente ao esquerdismo, afirmando, de forma irónica, que os “[...] «esquerdistas» [foram] pulverizados em grupos e grupinhos (maoístas, anarquistas, anarco-sindicalistas, anarco-comunistas, guevaristas, leninistas) [...]”, afirmando que a campanha que posteriormente foi feita contra o esquerdismo não passava da busca de um bode expiatório (Rodrigues, 1999, pp. 95-96).

Álvaro Cunhal, já em 1970, faz o balanço do esquerdismo em Portugal num livro intitulado *Radicalismo Pequeno Burguês de Fachada Socialista*. Já fora do período em análise, este livro, para além de elencar várias questões e críticas sobre grupos esquerdistas que surgem

nesta altura, faz uma importante análise teórica sobre o período do marcelismo, ainda incluído no período em análise.

Em Outubro de 1964 dá-se a queda de Kruschchov. O golpe é liderado por Leonid Brejnev, que será o próximo Secretário-Geral do PCUS.

A queda de Kruschchov trouxe benefícios para o PCP. Por um lado, legitimou, em certa medida, as críticas à via pacífica, orientação vinda do XX Congresso do PCUS; por outro, permitiu que o PCP se emancipasse do PCE, devido à proximidade de Cunhal aos dirigentes do Departamento Internacional (Pereira, 2015, p. 306).

O ponto mais importante de 1964 é, sem dúvida, o documento apresentado ao Comité Central do PCP em Abril de 1964. Esse documento, mais tarde editado em livro, dá pelo nome de *Rumo à Vitória* e será a linha de orientação principal do PCP até ao 25 de Abril (Cunhal, 1974b).

O Secretário-Geral do PCP, sabendo que havia um ímpeto esquerdista que ambicionava o uso da violência não o nega, contudo, questiona qual seria o momento indicado, colocando a em cima da mesa a questão: quais as condições da insurreição? *Rumo à Vitória* vem também trazer um importante contributo nesse sentido, uma vez que, ao usar a expressão levantamento nacional, afasta a componente *putchista* e desorganizada de uma possível acção armada (Pereira, 2015, p. 312).

Em Janeiro de 1965 teve lugar uma reunião do CC do PCP em Moscovo que serviu de preparação para o VI Congresso. O VI Congresso foi realizado em Kiev, entre Agosto e Setembro do mesmo ano, o primeiro e único fora de Portugal.

O Programa e Relatório do VI Congresso tiveram como objectivo principal corrigir a linha política que vinha do V Congresso e, consequentemente, definir uma nova. Tendo vários pontos comuns com o *Rumo À Vitória*, este programa aprovou a via do levantamento nacional para o derrubamento da ditadura, a insurreição nacional e a luta armada do povo e dos militares revolucionários (Cunhal, 1992)¹⁹. Foram indicados oito objectivos:

- 1.º – Destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático; 2.º – Liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral; 3.º – Realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha; 4.º – Elevar o

¹⁹ Fonte electrónica.

nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral; 5.º – Democratizar a instrução e a cultura; 6.º – Libertar Portugal do imperialismo; 7.º – Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência; 8.º – Seguir uma política de paz e amizade com todos os povos (Partido Comunista Português, 1965, p. 3).

A situação internacional, que já era complexa devido às divergências do PCC, complicou-se ainda mais com a entrada norte-americana no Vietname no início deste ano. Deste modo, no Congresso a discussão passou necessariamente pela Guerra do Vietname, as dissidências chinesas e albanesas, tendo sido reiterada a defesa da unidade do movimento comunista internacional.

É importante ressaltar que, devido ao facto de este Congresso se ter realizado no estrangeiro, a sua legitimidade e impacto foram mais limitados do que os anteriores. A clandestinidade no interior de Portugal ainda era um factor de grande admiração. Como este Congresso não decorreu em Portugal teve também menos militantes, o que diminuiu um pouco a sua aceitabilidade e alcance. Paradoxalmente, para os militantes mais novos o VI Congresso foi o que conheceu um maior impacto e “misticismo” pelo facto de ter sido realizado fora de solo nacional (Pereira, 2015, p. 348).

1.4. 1966-1968

O ano de 1966 é marcado a nível internacional, pelo XXIII Congresso do PCUS, realizado no final de Março/princípio de Abril. O Partido Comunista Chinês está no centro da discussão, assim como a sua influência nos países vizinhos.

A Revolução Cultural Proletária na China agudizava as já frágeis relações entre o PCC, o PCUS e o resto do movimento comunista. No seio do MCI as relações com os outros partidos comunistas degradam-se rapidamente e as trocas acusações sobre que corrente era a “verdadeira seguidora do marxismo-leninismo” cresciam, numa busca da “verdadeira ortodoxia”, em que ambas as partes se acusam de revisionistas. Como resultado, o PCC encontrava-se cada vez mais isolado.

O PCP também vem criticar a Revolução Cultural, na lógica da defesa da unidade do movimento comunista internacional e da preponderância da URSS como baluarte da revolução mundial. Álvaro Cunhal (1975, p.14), em 1970, vem reiterar esta posição afirmando que “o maoísmo é a mais grave expressão das graves consequências do nacionalismo e do chauvinismo no próprio movimento comunista”.

Em Agosto desse ano, Álvaro Cunhal muda-se de Moscovo (onde tinha passado os últimos seis anos) para Paris. Desta forma, conseguia estar mais próximo de Portugal, controlando melhor a vaga de emigração para França e o crescimento da oposição, em especial em Argel (Pereira, 2015, p. 358). Em França, o Secretário-Geral acompanha de perto o crescimento do esquerdismo pela Europa fora (França, Bélgica, Holanda, Dinamarca e Suécia), fazendo-se sentir o ambiente hostil ao comunismo de linha soviética. Este movimento irá culminar no Maio de 1968.

1967 foi um ano importante para o Movimento Comunista Internacional e para a URSS, a Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa, em Abril, e o 50º Aniversário da Revolução de Outubro em Novembro deram a plataforma necessária para que a União Soviética conseguisse reclamar para si a vanguarda da luta internacional, abalada pelas divergências com a China.

A vontade de se realizar uma nova Conferência Mundial dos Partidos Comunistas já vinha de há alguns anos. O MCI debilitado pelo conflito sino-soviético necessitava de retomar a unidade e, ao mesmo tempo, (re)legitimar a direcção soviética. O PCP reitera o apelo a essa conferência, mesmo sem o PCC exprimindo, todavia, muitas reservas em relação à forma como o processo deveria ser conduzido (Pereira, 2015, p. 396).

Em Abril de 1967 teve lugar a Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa, em Karlovy Vary na Checoslováquia. As principais questões discutidas foram a segurança mundial e europeia, bem como o papel destabilizador dos Estados Unidos da América, principalmente devido à questão vietnamita e à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Por outro lado, é definida uma nova política externa soviética, tendo em vista “a edificação de um novo sistema de segurança colectiva, para promover entre os Estado relações que excluam toda a possibilidade de agressão e assegurem uma paz duradora na Europa e no mundo” (Partido Comunista Português, 1967, p. 3).

A questão da normalização das relações entre a República Democrática Alemã (RDA) e a República Federal Alemã (RFA), assim como o mútuo reconhecimento das fronteiras, especialmente com o aparecimento da chamada *Ostpolitik* de Willy Brandt, estavam no centro das preocupações. Foi também discutido o aprofundamento do radicalismo maoísta e a sua grande influência no movimento estudantil, assim como as fracturas nos partidos de poder no centro e Leste da Europa e a crescente contestação nos partidos ocidentais (Partido Comunista Português, 1967, p. 3).

Álvaro Cunhal na sua intervenção seguiu as linhas apresentadas na Conferência. A sua intervenção teve como ponto principal a necessidade da criação de um sistema de segurança colectiva na Europa (Partido Comunista Português, 1967, p. 7). Refere, na sua intervenção, o papel do imperialismo e política expansionista dos Estados Unidos da América na América Latina, África e Ásia – com especial ênfase para a questão da Guerra do Vietname – e desenvolve sobre o papel da OTAN como obstáculo à segurança e paz europeia e mundial. Menciona igualmente a RFA e a relação com o Estado português. Ainda relacionado com a questão alemã, Cunhal reitera a necessidade do reconhecimento dos dois Estados alemães. A nível internacional refere também a questão do golpe de Estado na Grécia, que viria a ser conhecido como Golpe dos Coronéis.

Ao que o PCP e a Portugal dizia respeito, Cunhal fez uma análise da situação económica do país, referindo a questão dos monopólios e da crise na agricultura. Abordou a questão colonial, apontando como principais inimigos o colonialismo e o neo-colonialismo. Por fim referiu a importância do estabelecimento de relações Portugal-URSS, reiterando a confiança do PCP no papel de vanguarda do PCUS e, como era característica sua, reforçando a importância da unidade no MCI.

Na sua intervenção, Álvaro Cunhal expõe o seu pensamento teórico relativamente ao patriotismo e ao internacionalismo, numa passagem paradigmática:

Não existe nenhuma incompatibilidade entre a responsabilidade de cada partido comunista perante a classe operária e o povo do seu país e a sua responsabilidade internacional. Pelo contrário. São aspectos inseparáveis de cada partido comunista o cumprimento da sua missão de vanguarda da classe operária e de força política dirigente no seu próprio país e o cumprimento dos seus deveres internacionalistas. (Partido Comunista Português, 1967, p. 12).

Em Novembro do mesmo ano celebrou-se o 50º Aniversário da Revolução Russa. Reafirmou-se a ortodoxia marxista-leninista da URSS, assim como o papel basilar do PCUS. Reforçou-se a necessidade de unidade no MCI, posição que é secundada por Álvaro Cunhal, criticando as tendências policentristas, plasmadas na contestação à liderança soviética e nas actividades cisionistas, tal como a questão chinesa.

Nesse mesmo mês, Cunhal publica um artigo teórico intitulado *A Questão do Estado, Questão Central de Cada Revolução*. É um texto apologético que comemora os cinquenta anos

da Revolução de Outubro, mas também nos traz reflexões sobre a situação portuguesa e o Estado fascista.

No início do ano de 1968 a URSS, reiterando a vontade de uma nova conferência mundial, inicia o processo de convocação. Para tal, promove o Encontro do Budapeste, que serviria como conselho consultivo. Neste encontro estiveram representados todos os grandes dirigentes comunistas. Contudo, não será este encontro que irá marcar o ano de 1968.

Álvaro Cunhal encontrava-se em França e assistiu ao início das revoltas estudantis que iam culminar no Maio de 1968. Inicialmente, o PCP saúda a luta dos estudantes e do movimento grevista operário, afirmando que “[...] 1 milhão de pessoas iniciaram, em Paris, um dos mais potentes movimentos grevísticos da classe operária francesa.” (Avante! - Órgão Central do Partido Comunista Português, 1968a)²⁰. Contudo, mais tarde o Partido expressa duras apreciações às hesitações aventureiristas, oportunistas e às posições esquerdistas, criticando o Partido Comunista Francês por ter deixado que De Gaulle consolidasse posições (Avante! - Órgão Central do Partido Comunista Português, 1968b)²¹.

É também no ano de 1968 que se dá a “Primavera de Praga”, que consistiu num conjunto de medidas com vista a reformar o regime. Inicialmente, a posição do PCP foi de apoio, com um artigo publicado no jornal Avante! (Maio de 1968), reiterando que a Checoslováquia prosseguia pela via do socialismo. Todavia, as relações entre o Partido Comunista Checoslovaco e PCUS começaram a ficar progressivamente mais tensas.

Havia três cidades importantes na dinâmica organizativa do Movimento Comunista Internacional e do Pacto de Varsóvia²²: Moscovo, na URSS; Bucareste, na Roménia e Praga, na Checoslováquia. Destas três, Praga era a cidade onde se concentravam as organizações pós-*kominternianas* e *kominformianas*, essenciais no apoio do MCI, assim como as sedes de revistas e de publicações comunistas. Por esta razão era um centro de espionagem e de troca de informações. Praga era igualmente um local estratégico para Portugal, uma vez que, para além dos vários portugueses que moravam em toda a Checoslováquia, era um sítio de passagem para a URSS, espaço de formação de quadros e local de reuniões do Comité Central (Pereira, 2015, pp. 412-413).

²⁰ Fonte electrónica;

²¹ *Idem*;

²² Organização colectiva de defesa militar criada em 1955 que englobava os seguintes países: Alemanha Oriental, Albânia, Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Polónia, Roménia e União Soviética.

O Partido Comunista Italiano, o Partido Comunista Francês e o Partido Comunista Espanhol viam nesta abertura iniciada em Praga a legitimação de uma possível via alternativa, contestando a liderança soviética já bastante enfraquecida.

A partir da Agosto daquele mesmo ano, as negociações pacíficas com a Checoslováquia falham e a URSS inicia treinos militares. A invasão da Checoslováquia dá-se a 20 de Agosto. Álvaro Cunhal tem a difícil tarefa de explicar esta decisão por parte da URSS, uma vez que sabe que irá gerar grande contestação, em especial nos militantes que residiam fora de Portugal.

O PCP apoiou tardiamente o processo – o comunicado aparece só em Setembro de 1968 –, sendo que os vários portugueses exilados em Praga e Bucareste²³ reagiram fortemente contra a invasão. Este apoio resultou num longo processo de dissidências. Em Portugal, contudo, a contestação não foi tão forte, uma vez que as ideias esquerdistas de orientação maoísta estavam em crescimento e estes movimentos não concordavam com o rumo político que a Checoslováquia levava (deriva direitista/revisionista do processo checo), nem tão pouco com a invasão por parte do exército soviético (Pereira, 2015, p. 433).

A nível internacional, 1968 foi um ano de abalos para a liderança soviética do MCI, o que dificultou a unidade do campo socialista. Em primeiro lugar, o Maio de 68 e o agravamento do esquerdismo, seguido da invasão da Checoslováquia e o crescimento do eurocomunismo e da contestação à URSS.

Em Portugal as notícias eram positivas para o PCP e para o possível fim do fascismo. A 3 de Agosto de 1968 Salazar tem um acidente que o incapacita, sucedendo-lhe, a 26 de Setembro, Marcelo Caetano. Com a saída de cena de Salazar anteviam-se mudanças no regime. Todavia, “as liberdades mais elementares continuaram a ser recusadas [...] e a repressão continuou a revelar-se a verdadeira face do fascismo [...]” (Cunhal, 1974a, p. 50).

Álvaro Cunhal procurou demonstrar que a liberalização do regime não se concretizava na prática – a título de exemplo o PCP continuou ilegalizado até ao 25 de Abril de 1974. Alertava também para “[...] os perigos das ilusões dos oportunistas de direita e de «esquerda», que acreditaram numa viragem política no sentido duma real liberalização e democratização [...]” (Cunhal, 1974a, p. 50).

²³ A Roménia não participou nem aceitou a invasão à Checoslováquia.

Assim termina o nosso enquadramento histórico, num momento de viragem para Portugal e para o Movimento Comunista Internacional.

2. Conceitos operacionais

Como já tivemos oportunidade de explicar, o desenvolvimento e problematização dos conceitos operacionais não se poderia dar desligada do pensamento teórico de Álvaro Cunhal, uma vez que inferem não só na sustentação desta dissertação, mas como dialecticamente na produção e evolução teórica de Álvaro Cunhal.

Desta forma, explicaremos individualmente cada um dos conceitos, fazendo, posteriormente, uma súmula do pensamento teórico de Álvaro Cunhal e do nosso objecto de estudo.

2.1. Patriotismo

O primeiro conceito, o de patriotismo, apresenta-nos o obstáculo inicial, na medida em que a sua operacionalização não é amplamente aceite pela comunidade científica, sendo que várias vezes a sua definição se confunde com a de nacionalismo. Uma vez que os conceitos podem ser usados de forma intercambiável, a sua distinção é intrincada (Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2017), o que constitui desde logo a segunda barreira.

O significado de cada um dos conceitos, na lógica da dialéctica marxista, é imputado pela *praxis*. Será a realidade material que determinará a sua instrumentalização e posterior orientação de classe. Será um erro considerar os conceitos uma emanção metafísica sem qualquer base material. Efectivamente, há sempre “uma unidade dialéctica fundamental de sociedade e linguagem [...]” (Barata-Moura, 1978, pp. 94-95) assente em condições materiais concretas e objectivas.

Comecemos por definir as palavras que dão origem aos vocábulos patriotismo e nacionalismo: pátria e nação.

Pátria, a raiz do primeiro conceito, derivado do vocábulo latino *pater*, remonta à Roma Antiga. O seu significado refere-se ao “[...]conceito de país, [...] o sítio onde se vive, o local, ambiente ou espaço geográfico onde se insere a nossa vida” (Maltez, 2009b), sendo que ao juntarmos o factor histórico-sentimental, ou seja, os “[...] *elementos de história, tradição e*

sangue, o país passa a pátria, à terra e aos seus mortos” (2009b). Ainda referente ao conceito de pátria, é importante ressaltar que “(...) tem uma origem claramente telúrica.” (2009b). Sendo que estas raízes e ligações orgânicas serão fundamentais para entender o conceito de patriotismo no pensamento de Cunhal.

A nação, também do latim *natio*, é uma expressão que só começa a ser utilizada no período pós-Revolução Francesa/início do Romantismo, ou seja, no final do século XVIII, viragem para o XIX. De acordo com vários autores marxistas, surge com o fim do feudalismo/início do capitalismo (Poulantzas, 1978; Stalin, 1913). Este assunto – a questão nacional, como ficou conhecida na teoria marxista – foi largamente discutido, tendo também gerado opiniões contraditórias no seio da literatura marxista.

Uma dessas opiniões é a de Nicos Poulantzas que, falando da nação, dizia que:

Há «qualquer coisa» designada sob o termo de nação, isto é, uma unidade particular de reprodução do conjunto das relações sociais, muito antes do capitalismo. (...) O que é mais significativo é que os clássicos marxistas, ao mesmo tempo que insistem sempre nas relações entre a nação e as classes sociais, admitem claramente e explicitamente a permanência da nação mesmo após a extinção do Estado na sociedade «comunista» sem classes (Poulantzas, 1978, p. 89).

Por outro lado, Marx e Engels, referindo-se à pátria, afirmavam o seguinte:

Aos comunistas tem sido censurado que querem abolir a pátria, a nacionalidade. Os operários não têm pátria. Não se lhes pode tirar o que não têm. Na medida em que o proletariado tem primeiro de conquistar para si a dominação política, de se elevar a classe nacional, de se constituir a si próprio como nação, ele próprio é ainda nacional, mas de modo nenhum no sentido da burguesia (Marx & Engels, 1997)²⁴.

Nestes dois casos, Poulantzas, por um lado, e Marx e Engels, por outro, será sempre importante entender a que fase histórica é que se referem quando atestam estas afirmações. Poulantzas refere-se claramente à fase avançada da revolução socialista, aquela que é designada de fase superior da sociedade comunista por Lénine (1985). Assim sendo, quando Poulantzas fala em nação, naquele caso é a nação já conquistada pela classe proletária, na qual já não se verifica o domínio de uma classe pela outra. Marx e Engels, por outro lado, aludem à sua fase actual do capitalismo, isto é, a fase na qual os operários e as classes trabalhadoras efectivamente não têm a sua pátria.

²⁴ Fonte electrónica.

Importa ainda reter que, tal como Lénine (1984a, pp. 171-175) nos ensinou, as fronteiras, a nacionalidade e a pátria têm um “carácter historicamente transitório”, acrescentando que “o movimento socialista não pode vencer dentro do velho quadro da pátria”. Lénine, neste texto de 1914, refere-se à pátria burguesa, ou seja, à pátria instrumentalizada por uma classe dominante, naquele caso a burguesia. O autor sintetiza:

A classe operária deve primeiro «constituir-se a si mesma como nação», diz o Manifesto Comunista, indicando em que **limites e condições** nós reconhecemos a nacionalidade e a pátria, como formas necessárias do sistema burguês e também, por conseguinte, a pátria burguesa. Os oportunistas deturpam esta verdade, transferindo aquilo que é justo relativamente à época do surgimento do capitalismo para a época do fim do capitalismo. E acerca desta época, acerca das tarefas do proletariado na luta pela destruição não do feudalismo mas do capitalismo, o *Manifesto Comunista* diz clara e definidamente: «os operários não têm pátria». Compreende-se por que razão os oportunistas temem reconhecer esta verdade do socialismo, temem mesmo na maior parte dos casos defrontar-se abertamente com ela (Lénine, 1984a, pp. 175-176).

A esta pátria burguesa opor-se-á a pátria socialista ou trabalhadora e, por extensão, “[...] o patriotismo socialista distinguir-se-ia do patriotismo burguês, dado que a história da burguesia tornou absolutamente claro que para ela o patriotismo, a Pátria, o interesse nacional foram sempre um biombo destinado a camuflar objetivos interesseiros de classe” (Maltez, 2009a).

Desta forma, já com o conceito de pátria burguesa *versus* pátria socialista desenvolvido, conseguimos aprofundar o nosso conceito operacional de patriotismo. Com o acrescento do adjectivo burguês ao conceito de pátria e, por conseguinte, de patriotismo, introduzimos a sua característica intrínseca: a orientação ou marca de classe.

Resta-nos dizer que o conceito de pátria socialista, como ideologia da classe proletária, começa a ser utilizado no pós-1917 com a aparecimento da URSS, uma vez que é a partir desta altura que na Rússia as classes trabalhadoras começam a luta pela conquista da pátria socialista, pela *sua* pátria (Lénine, 1977, p. 479).

No que diz respeito aos *ismos* formados tendo por base a nação e a pátria é importante ressaltar que o sufixo (-ismo), do latim *-ismus* e do grego *-ismós*, é a partícula que exprime a ideia de fenómeno, ou seja, um acontecimento político, linguístico ou religioso.

Tanto nacionalismo como patriotismo não existiriam sem terem por base a nação ou a pátria, o vocábulo que lhes dá vida. Desta forma, é importante referir que ambos são epifenómenos, dependentes da variável que lhes dá nome e forma.

Através da consolidação, enraizamento e generalização da utilização das palavras pátria e nação nascem, então, os conceitos de patriotismo e nacionalismo. É-nos difícil datar o aparecimento real destes conceitos, uma vez que exprimem sentimentos colectivos, contudo, podemos afirmar que a sua utilização se generalizou no século XIX, o que coincidiu com o período do Romantismo.

Estes sentimentos, posteriormente expressos em conceitos, foram, naturalmente, instrumentalizados pelos diversos espectros políticos, ou seja, “[...] tanto o nacionalismo como o patriotismo constituíram sempre um instrumento maquiavelicamente utilizado pela[s] ideologia[s] [...]” (Maltez, 1991, p. 315).

Lénine aborda a questão do orgulho nacional aplicada ao caso russo, moldado e adaptado àquela realidade. É importante saber que quando se fala de sentimento nacional, a expressão é utilizada na literatura marxista como sinónimo de sentimento patriótico, ou seja, de patriotismo. De acordo com a entrada intitulada “Orgulho Nacional”, no Breve Dicionário Político “o sentimento nacional é o sentimento patriótico de amor à sua pátria e povo” (Oníkov & Shishlin, 1983, p. 320).

Desta forma, Lénine defende um forte sentimento nacional das classes trabalhadoras, questionando-se: “ser-nos-á alheio a nós, proletários grão-russos conscientes, o sentimento de orgulho nacional? Certamente não! Amamos a nossa língua e a nossa pátria e fazemos o máximo para que as suas massas trabalhadoras (*isto é, nove décimos da sua população*) se elevem ao nível da consciência democrática e socialista” (Lenin, 2005)²⁵. Reiteramos que, sendo sempre importante contextualizar as afirmações e citações, esta passagem foi escrita no exílio, em Dezembro de 1914.

Leon Trotsky, corroborando Lénine, afirmava em 1920, que “para ser possível conduzir uma revolução deste tipo [Revolução de Outubro de 1917], sem precedentes na história dos

²⁵ Fonte electrónica. Tradução livre da autora. Do original: “*Is a sense of national pride alien to us, Great-Russian class-conscious proletarians? Certainly not! We love our language and our country, and we are doing our very utmost to raise her toiling masses (i.e., nine-tenths of her population) to the level of a democratic and socialist consciousness.*”. Itálicos do original.

povos, como a que está a ter lugar agora na Rússia é evidente ser necessário haver uma conexão indissolúvel e orgânica com a força principal da vida popular, uma conexão que nasce das raízes mais profundas” (Trotsky, 2007a)²⁶. Que raízes serão estas de que Trotsky nos fala, senão a conexão orgânica com a pátria, ou seja, o orgulho nacional e o sentimento patriótico?

Ora, já tendo evidenciado que o aparecimento do patriotismo no pensamento político, falta-nos explicar o porquê de a ideologia marxista repudiar o nacionalismo.

A questão das classes é fundamental e transversal ao marxismo, e na questão da articulação e instrumentalização do nacionalismo e do patriotismo terá também um papel preponderante. Assim sendo, é necessário que tenhamos sempre por base a dialéctica que opõe as classes. Na literatura marxista, o sentimento patriótico, a partir do século XX, surge associado às classes trabalhadoras, enquanto que o nacionalismo aparece, na grande maioria dos casos, seguido do adjetivo burguês, logo, associado à classe burguesa.

Começa a ver-se com maior clareza que será impossível aprofundar o objecto de estudo desta dissertação sem termos bem claro e sempre presente que a questão das classes é o ponto central que irá articular todos os conceitos.

Estaline (1913) defendia que era necessário um ataque contra o nacionalismo, afirmando que “os sociais-democratas consistentes devem trabalhar árdua e infatigavelmente contra a nebulosidade do nacionalismo, independentemente da sua proveniência política”²⁷.

No mesmo ano, Lénine afirma que “[...] o marxismo é inconciliável com o nacionalismo [e que] no lugar de todo o nacionalismo, o marxismo põe o internacionalismo, a fusão de todas as nações numa unidade suprema [...]” (Marx, et al., 1975, p. 107). Lénine nesta passagem introduz duas questões antagónicas importantes: o nacionalismo e o internacionalismo.

²⁶ Fonte electrónica. Tradução livre da autora. Do original: “*To be able to direct such a revolution, without precedent in the history of peoples, as is now taking place in Russia, it is most evidently necessary to have an indissoluble organic connection with the main strength of popular life, a connection which springs from the deepest roots.*”;

²⁷ *Idem*. Tradução livre da autora. Do original: “*Consistent Social-Democrats must work solidly and indefatigably against the fog of nationalism, no matter from what quarter it proceeds*”.

O revolucionário russo vai contrapor ao nacionalismo burguês o internacionalismo proletário, sendo que o patriotismo se vai mantendo como o verdadeiro sentimento das classes trabalhadoras.

Já na era estalinista o soviético Titarenko afirmava que “o orgulho patriótico é a antítese da arrogância nacionalista” (Titarenko, 1950, p. 3)²⁸, reiterando que “a burguesia substitui o patriotismo com o nacionalismo, corrompendo as mentes das massas ingênuas, inculcando-lhes ideias chauvinistas e reacionárias” (1950, p. 3)²⁹. Acrescentava que “o verdadeiro patriotismo denota um amor à pátria que não pode tolerar a subjugação nacional e social de um povo por outro” (1950, p. 3)³⁰.

2.2. Internacionalismo

Por internacionalismo entendemos “a solidariedade fraterna dos operários de todos os países na luta contra o jugo do capital” (Lénine, 2011)³¹. O adjetivo proletário é acrescentado, uma vez que identifica a orientação de classe, isto é, a característica específica de ser o internacionalismo daquela classe em concreto, neste caso a classe proletária. Visto que esta dissertação tem o seu foco central e, por essa razão, uma orientação de classe definida, de agora em diante passaremos a usar a expressão: internacionalismo proletário.

Os primeiros passos para a consolidação do internacionalismo proletário foram dados com a Liga dos Comunistas. Esta foi criada em 1847, tendo sido extinta passados cinco anos, em 1852 (Johnstone, 2012, p. 311). Tanto Karl Marx e como Friedrich Engels tiveram um papel de destaque nesta organização.

Foi só a 28 de Setembro de 1864 que surgiu a Associação Internacional dos Trabalhadores, que mais tarde ficaria conhecida como Primeira Internacional. Esta reunia os sindicatos britânicos, as chamadas *trade-unions*, os apoiantes de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), de Karl Marx, refugiados húngaros, polacos e italianos. As disputas foram crescendo ao longo dos anos e, em 1872, no Congresso de Haia, os apoiantes de Louis-Auguste

²⁸ Fonte electrónica. Tradução livre da autora. Do original: “*El orgullo patrio, no obstante, es la antítesis de la arrogancia nacionalista*”;

²⁹ *Idem*. Tradução livre da autora. Do original: “*La burguesía usualmente sustituye el patriotismo con el nacionalismo, corrompiendo las mentes de la gente sencilla, inculcándoles ideas chovinistas y reaccionarias*”;

³⁰ *Idem*. Tradução livre da autora. Do original: “*El verdadero patriotismo denota un amor a la patria que no puede tolerar el sojuzgamiento nacional y social de un pueblo por otro*”;

³¹ *Idem*.

Blanqui (1805-1881) e de Mikhail Bakunin (1814-1876) retiram-se. Os apoiantes de Marx, os marxistas, são a corrente vitoriosa. A organização termina passados cinco anos, em 1877.

A Segunda Internacional nasceu em 1889. Reunia partidos socialistas, chamados trabalhistas, e sociais-democratas. Perdeu credibilidade com o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, devido às acusações que imputavam a acção dos seus dirigentes como oportunistas e chauvinistas (Lénine, 1984a; Lénine, 1984b).

A Terceira Internacional, também conhecida por *Komintern*, da aglutinação da expressão alemã *Kommunistische Internationale*, foi fundada em 1919 por Lénine. Os seus dirigentes consideravam-se os sucessores da Primeira Internacional, uma vez que acreditavam que a Segunda Internacional tinha sido apenas um desvirtuamento burguês da ideologia marxista (Johnstone, 2012).

O *Komintern* defendia o marxismo revolucionário, condenando fortemente o revisionismo e os desvios tanto de esquerda como de direita (Lénine, 1960). Com a morte de Lénine, em 1924, a Terceira Internacional perdeu bastante relevância e a periodicidade das reuniões diminuiu significativamente. Dissolveu-se em 1943, já na era estalinista.

A Quarta Internacional foi criada em 1938, depois do exílio de Trotsky. O revolucionário russo, camarada de luta de Lénine, foi uma das vozes mais críticas da ideologia de estado da URSS, o chamado socialismo num só país. Deste modo, desenvolveu a sua teoria, demarcando-se do estalinismo e do que considerava ser uma política reacionária e imperialista.

O internacionalismo proletário é, desta forma, uma das características identificadoras do pensamento marxista, observável desde o marxismo clássico de Marx e Engels, até aos dias de hoje. A palavra de ordem “Proletários de todos os países, uni-vos!”, vinda d’ *O Manifesto do Partido Comunista*, está presente em documentos oficiais do PCP, assim como nas páginas iniciais e cabeçalhos das Edições Avante!, editora do PCP. Um outro exemplo deste facto é uma das estrofes d’ *A Internacional*, o hino oficial do PCP e dos vários partidos comunistas, que profere: “Bem unidos façamos / Nesta luta final / Duma Terra sem amos / A Internacional”.

Álvaro Cunhal também irá abordar a questão num documento de 1970, intitulado *O Internacionalismo Proletário, Uma Política e uma Concepção do Mundo*. Neste, reitera a natureza de classe do Movimento Comunista Internacional, afirmando que “o

internacionalismo proletário, é importante ressaltar, é uma ideologia de classe, da classe operária” (Cunhal, 1975, p. 6).

O Secretário-Geral afirma que “o internacionalismo proletário traduz a realidade objectiva do mundo capitalista: o antagonismo irreconciliável de interesses do proletariado e da burguesia em cada país e a «plena identidade de interesses e objectivos» dos proletários de todos os países” (Cunhal, 1975, p. 3). Isto é, o internacionalismo proletário espelha esta evidência devido à própria internacionalização das condições económicas. Desta forma, também as condições de libertação do proletariado serão necessariamente internacionais (Lénine, s.d, *apud* Cunhal, 1970, p. 3). É esta a estrutura económica que rege e justifica o internacionalismo proletário.

2.3. Estado

Quando falamos do Estado, na óptica marxista, é importante ressaltar o seu carácter de classe. A base da teoria do Estado marxista recai na afirmação de que o Estado é um instrumento de dominação de uma classe por outra (Lénine, 1985, p. 193). Para esta dissertação um entendimento do que é o Estado, em especial o Estado moderno, é relevante, uma vez que também Álvaro Cunhal irá abordar esta questão num pequeno documento de 1967, intitulado *A Questão do Estado, Questão Central de Cada Revolução*.

O repto para a teoria do Estado marxista foi lançado n’*O Manifesto do Partido Comunista*, onde se afirma que “o moderno poder de Estado é apenas uma comissão que administra os negócios comunitários de toda a classe burguesa” (Marx & Engels, 1997)³². Contudo, apesar de esta citação definir com clareza a natureza de classe do Estado, não aprofunda na totalidade a questão.

Lénine veio trazer um contributo teórico importante para esta matéria com o seu livro de 1917, *O Estado e a Revolução*, com o subtítulo *A doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. Primeiramente, coloca-se a seguinte questão: por que razão existe o Estado? “O Estado é o produto e a manifestação do *carácter inconciliável* das contradições de classe” (Lénine, 1985, p. 192)³³, assim sendo, só existe Estado porque a

³² Fonte electrónica;

³³ Itálicos do original.

conciliação de classe é impossível. Ora, daqui também se conclui que deixando de haver antagonismo de classe deixa também de haver Estado.

Acrescenta-se que “o Estado é um órgão de *dominação* de classe, um órgão de *opressão* de uma classe por outra, é a criação da «ordem» que legaliza e consolida esta opressão moderando o conflito de classe” (Lénine, 1985, p. 193)³⁴. Primeiramente é oportuno dizer que o Estado é um mecanismo pelo qual uma classe dominante exerce poder sobre uma outra classe. Em segundo lugar, o Estado só existe para mediar a luta inevitável entre essas duas classes e é essa mesma luta que perpetua a razão de ser do Estado. Logo, deixando de haver classes deixa de haver antagonismo entre as mesmas e, consequentemente, deixará de haver necessidade da existência de um Estado.

Coloca-se outra questão: de que maneira se destroem os conflitos entre as classes? Já sabemos que o Estado é só estado da classe mais poderosa, ou seja, da classe dominante, e que só existe para atenuar os conflitos entre a classe que controla o Estado e a classe que por ele é controlada. Desta forma conclui-se que a única maneira de se destruir o conflito entre as classes é através de uma revolução violenta, uma vez que a violência “[...] é o instrumento com o qual o movimento social se realiza e quebre forma petrificadas [...]” (Engels, s.d, *apud* Lénine, 1985, 204). A revolução violenta desenrolar-se-á da seguinte maneira:

O proletariado toma o poder de Estado e começa por transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Mas, com isto, suprime-se a si próprio como proletariado, com isto suprime todas as diferenças de classes e antagonismo de classes, e com isto também Estado como Estado. [...] O Estado era o representante oficial de toda a sociedade, a sùmula desta num corpo visível, mas era-o apenas na medida em que era o Estado daquela classe que representava ela própria, para seu tempo, toda a sociedade [...] Ao tornar-se, por fim, efectivamente, representante de toda a sociedade, a si próprio se torna supérfluo (Engels, s.d, *apud* Lénine, 1985, 200-201).

Desta passagem concluímos o seguinte: no momento em que o proletariado toma o poder e após nacionalizar os meios de produção, faz com que o Estado se torne obsoleto, ou seja, quando o Estado efectivamente começa a servir os interesses de toda a população e não só de uma parte – da classe dominante – deixa de ter razão de existência, visto que que também os conflitos entre as classes desaparecem.

³⁴ Itálicos do original.

Podemos colocar outra questão: Como se destrói o Estado? O processo desenrolar-se-á em três fases. A primeira fase é a da efectiva abolição, necessariamente através de meios violentos, do Estado burguês, ou seja, o Estado onde a burguesia exerce a “força especial de repressão” (Lénine, 1985, p. 202). Todavia, após a tomada do poder pelo proletariado a relação de forças inverte-se, uma vez que o poder passa para as mãos do proletariado, exercendo este a repressão sobre a classe dominante, dando origem à chamada ditadura do proletariado. Por fim, na terceira fase, o Estado proletário deixa de ter necessidade de existir, podemos então afirmar que o Estado proletário morre uma vez que as suas funções se extinguem.

O que é então a tomada de poder pelo proletariado, ou seja, a ditadura do proletariado? Resumindo, é a dominação política do proletariado. Como Marx e Engels (1997)³⁵ explicaram: “o proletariado usará a sua dominação política para arrancar a pouco e pouco todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção na mão do Estado, i. é, do proletariado organizado como classe dominante”.

A respeito das formas de dominação, Álvaro Cunhal discorre sobre esta problemática, reiterando a necessidade de uma correcta análise da ditadura da burguesia e a ditadura do proletariado (Cunhal, 1977, p. 13). Afirmando que “[...] a palavra «ditadura» na teoria marxista-leninista do Estado, não significa *uma forma* particular de dominação de uma ou várias classes por outra ou outras classes, mas o *próprio facto* dessa dominação” (Cunhal, 1977, p. 13).

Por fim, falta-nos explicar o que virá depois do desaparecimento do Estado. “O que existirá de verdadeiramente novo é «o governo das coisas em vez do governo dos homens»”, assim como o “desenvolvimento da democracia socialista [que irá impor] o início imediato de processos que acabarão por conduzir a longo prazo à transformação da estrutura estatal socialista em autogestão comunista” (Sá, 1986, pp. 232-235).

Todavia, surge uma nova questão: qual a relevância da questão nacional no debate marxista?

2.4. Questão Nacional

Para expormos a questão nacional considerámos como bibliografia de referência dois livros de relevo na literatura marxista: o *Marxismo e a Questão Nacional* de Estaline, escrito

³⁵ Fonte electrónica.

em 1913 e *Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação* da autoria de Lénine, escrito um ano mais tarde, em 1914.

Uma das obras mais relevantes de Estaline é o *Marxismo e a Questão Nacional*. O livro está dividido em duas partes. Em primeiro lugar, a apresentação teórica do assunto, com um capítulo dedicado à nação e um ao movimento nacional e, em segundo, a apresentação de alguns casos concretos. Este livro foi escrito num contexto em que as correntes nacionalistas cresciam e era necessário que a social-democracia “resistisse [...] e protegesse as massas desta epidemia” (Stalin, 1913).

Estaline, ciente desta vaga e numa tentativa de “dissipar o nevoeiro” começa por descrever o que é a nação. Teria de ter necessariamente seis componentes: 1) ser historicamente constituída; 2) ser uma comunidade estável; 3) ter língua comum; 4) ter território comum; 5) ter vida económica comum e coesão económica e 6) ser uma comunidade psicológica comum que se manifestasse numa cultura comum. Uma nação, para existir, teria de ter todas estas características.

Depois, parte para a questão nacional, deixando claro o seu fundamento económico. Segundo o autor, aquela questão é fruto de um determinado período histórico e, por essa razão, tem uma categoria histórica, o capitalismo. A luta pela autodeterminação é iniciada pela pequena-burguesia, tornando-a, no seu âmago, um movimento burguês. É rapidamente secundada pelo proletariado e pelo campesinato, aparecendo aqui o perigo do oportunismo e da conciliação de classes. Estaline explica:

O destino do movimento nacional, que é essencialmente um movimento burguês, é indissociável do destino da burguesia. O desaparecimento final do movimento nacional só é possível com o declínio da burguesia. Só no reinado do socialismo pode a paz ser estabelecida. Mas, mesmo no enquadramento do capitalismo é possível reduzir ao mínimo a luta nacional, enfraquecê-la na raiz, torná-la o menos perigosa possível para o proletariado (Stalin, 1913)³⁶.

Ressalva-se a importância de uma classe proletária com uma forte consciência de classe, que apoiará a burguesia apenas de maneira condicionada, lutando contra o nacionalismo e o

³⁶ Fonte electrónica. Tradução livre da autora. Do original: “*The fate of a national movement, which is essentially a bourgeois movement, is naturally bound up with the fate of the bourgeoisie. The final disappearance of a national movement is possible only with the downfall of the bourgeoisie. Only under the reign of socialism can peace be fully established. But even within the framework of capitalism it is possible to reduce the national struggle to a minimum, to undermine it at the root, to render it as harmless as possible to the proletariat*”.

chauvinismo e tendo sempre em mente que a luta pela autodeterminação está invariavelmente subordinada à luta de classes. Afirma-se que “a nação tem o direito de decidir o seu destino livremente”³⁷, contudo, é necessário analisar em todos os momentos a fase histórica do desenvolvimento, assim como qual será a solução que melhor se adequará aos interesses dos trabalhadores.

A articulação entre a questão nacional e o internacionalismo é, como Estaline afirma no início do texto, uma tarefa difícil. Contudo, contrapor ao nacionalismo a necessidade da unidade de todos os trabalhadores de todas as nações numa só organização internacional é reforçar que há uma única arma contra o nacionalismo: o internacionalismo proletário. Desta forma podemos concluir que nacionalismo burguês e internacionalismo proletário são duas concepções de classe do mundo diametralmente opostas no que diz respeito à questão nacional.

A questão nacional ou da nação faz parte da literatura marxista tradicional, contudo, há unanimidade em relação ao facto de ela ser considerada secundária quanto ao âmago do marxismo: a questão de classe (Lénine, 1977; Poulantzas, 1978), sendo que o marxista grego Poulantzas vai mais longe afirmando que “não há uma teoria marxista da nação” (Poulantzas, 1978, p. 89). O autor desenvolve a teoria de que o marxismo clássico elenca alguns pontos de reflexão importantes, tais como a diferenciação entre nação e nação moderna e a dissociação entre Estado e Nação. Todavia, consideramos ser relevante problematizar a questão nacional na linha ortodoxa³⁸, apesar de as reflexões de Poulantzas trazerem um importante contributo para este assunto.

A questão nacional é instrumental, ou seja, constitui um meio através do qual a classe operária, seguindo as fases históricas adequadas, derruba a burguesia. Defendendo o direito de todas as nações à autodeterminação e à igualdade de direito total entre essas nações. Ao mesmo tempo que se defende que todas e quaisquer nações devem ser independentes, afirma-se também que todos os operários dessas nações se devem unir em organizações proletárias únicas. Como Lénine afirmava:

[...] o reconhecimento absolutamente aberto, e que não deixa lugar a nenhuma distorção, do pleno direito de todas as nações à autodeterminação; por outro lado, uma exortação igualmente inequívoca aos operários para a unidade **internacional** da sua luta de classe. [...] É precisamente esta dupla tarefa do proletariado que é

³⁷ Fonte electrónica. Tradução livre da autora. Do original: “*A nation has the right freely to determine its own destiny*”;

³⁸ Nicos Poulantzas foi crítico da linha soviética.

formulada pela resolução da Internacional de 1896. [...] Há pessoas às quais parece «contraditório» que esta resolução, no seu ponto 4, reconhecendo o direito à autodeterminação, à separação, parece «dar» o máximo ao nacionalismo (de facto, no reconhecimento do **direito** à autodeterminação de **todas** as nações há um máximo de **democracia** e um mínimo de nacionalismo), ao passo que no ponto 5 previne os operários contra as palavras de ordem nacionalistas de qualquer burguesia e exige a unidade e a fusão dos operários de todas as nações em organizações proletárias internacionais únicas (Lénine, 1977).³⁹

Constatamos que a questão nacional é secundária quando comparada com a questão e o objectivo de classe. Ou seja, a questão nacional é relevante no sentido em que é um fenómeno histórico, todavia, o verdadeiro propósito é “[...], como em qualquer outra questão, [...] em primeiro lugar e acima de tudo a autodeterminação do proletariado dentro das nações” (Lénine, 1977)⁴⁰, isto é, o destino da classe proletária.

Lénine sabia que este era um terreno delicado e que não se podia, de maneira alguma, sustentar uma visão nacionalista, ou seja, um paradigma que defendesse os privilégios de uma nação em detrimento das outras, ou, como o revolucionário russo coloca “espírito da negação dos privilégios estatais seja de que nação for” (Lénine, 1977)⁴¹. Concluiu:

Nós reivindicamos a liberdade de autodeterminação, **isto é**, a independência, **isto é**, a liberdade de separação das nações oprimidas, não porque sonhemos com o fraccionamento económico ou com o ideal de pequenos Estados, mas, pelo contrário, porque queremos grandes Estados e a aproximação, e mesmo a fusão, das nações, mas numa base autenticamente democrática, autenticamente internacionalista, **inconcebível** sem a liberdade de separação (Lénine, 1986)⁴².

Álvaro Cunhal, na mesma linha de Lénine, vem afirmar que é necessária “[...] extrema prudência e tacto, paciência e tolerância, atenção e circunspecção no tratamento da questão nacional e dos sentimentos nacionais” (Cunhal, 1975, pp. 16-17) advertindo, desde logo, para a complexidade da questão.

3. Princípios teóricos

A razão pela qual escolhemos evidenciar a posição teórica de Álvaro Cunhal, explicando a sua evolução, separada dos apontamentos históricos, prende-se com duas razões. Em primeiro lugar, visto que se trata do centro da nossa dissertação e, em segundo, uma vez

³⁹ Fonte electrónica. Negritos do original;

⁴⁰ *Idem*;

⁴¹ *Idem*;

⁴² *Idem*.

que o pensamento de Cunhal, imbuído daquilo que é a dialéctica marxista, não muda de uma forma quadrada e matemática com o virar de cada ano, ou seja, algumas mudanças não se reflectem no próprio ano. Assim sendo, não é possível compartimentar a evolução da teoria no espartilho cronológico.

Desta forma, considerámos coerente enunciar, em primeiro lugar, os acontecimentos históricos, de seguida problematizar os nossos conceitos operacionais determinantes no pensamento de Álvaro Cunhal e, só depois, fazer a síntese de como esses acontecimentos, moldados pelos conceitos base, influenciaram a posição teórica de Cunhal em relação ao patriotismo e ao internacionalismo. Só assim conseguiremos responder à nossa pergunta de partida e concretizar os nosso objectivos.

Não queremos com isto dizer que a evolução no pensamento de Cunhal se dá desligada dos acontecimentos cronológicos. Acreditamos apenas que essa evolução não é passível de ser compartimentada em datas fechadas. Há certamente momentos de viragem marcantes e que moldam o pensamento de Cunhal, como por exemplo o XX Congresso do PCUS, as eleições de 1958 ou a cisão sino-soviética. Contudo essa é uma análise que, a nosso ver, não se pode fazer ano a ano, mas sim no seu conjunto.

Álvaro Cunhal é um dos marxistas mais proeminentes em Portugal, não só no plano teórico, mas também no que diz respeito à acção política do PCP no pós-25 de Abril. O seu pensamento teórico é fruto de dois factores indissociáveis: o seu enraizamento orgânico, apesar dos largos anos que esteve fora, na sociedade portuguesa e o seu conhecimento profundo do leninismo. Desta forma, para explicar o pensamento teórico de Cunhal, devemos primeiro observar o leninismo patente. Álvaro Cunhal teve a oportunidade de explicar com clareza este vínculo no jornal *Pravda*, num texto de 1970 intitulado *O Que Devemos a Lénine*:

Só na base do leninismo o PCP pôde fazer uma análise correcta da situação económica e política em Portugal, dos aspectos específicos do desenvolvimento do capitalismo, da evolução da estrutura de classe da sociedade, das contradições e conflitos de classes, [...] definir a fase actual da revolução, e as suas características e objectivos, [...] estabelecer o sistema de alianças da classe operária e prosseguir uma política independente de classe, [...] definir uma táctica correcta, tendo como objectivo o desenvolvimento das lutas de massas, associando o trabalho clandestino ao aproveitamento das possibilidades de acção legal, mesmo limitadas, condicionais e contingentes, [...] combater com êxito a ideologia da burguesia e as influências pequeno-burguesas, oportunistas e revisionistas, no movimento operário, [...] determinar a perspectiva revolucionária do movimento operário e antifascista, [...] definir os seus princípios orgânicos e a sua aplicação nas condições

de severa clandestinidade, que lhe permitiram alcançar o grau de organização, a unidade e a disciplina indispensáveis para resistir vitoriosamente à repressão fascista e dirigir a luta da classe operária e das massas populares nas condições da ditadura fascista (Cunhal, 2010)⁴³.

Uma vez explicada a importância de Lênine no pensamento teórico de Álvaro Cunhal, passemos agora à bibliografia principal deste capítulo.

Dentro do período definido, 1960 a 1968, consideramos haver quatro grandes textos: *O Desvio de Direita nos Anos 1956-1959 (Elementos de Estudo)*, de 1961; *A Situação no Movimento Internacional*, de 1963; *Rumo à Vitória*, de 1964 e *A Questão do Estado, Questão Central de Cada Revolução*, de 1967. Fora dos limites de temporais, contudo, referentes ao tema, são importantes *O Internacionalismo Proletário, Uma Política e Conceção do Mundo*, de 1970 e *Radicalismo Pequeno-Burguês de Fachada Socialista*, de 1971. Todavia a bibliografia que utilizaremos não se esgota nestes livros.

O pensamento de Cunhal em relação ao patriotismo e ao internacionalismo pode ser exposto, em linhas gerais, no seguinte parágrafo:

Cada partido comunista, de harmonia com as condições do seu país, elabora uma linha política justa e adentra-se na arte da sua aplicação. Em todos os países os comunistas mostram ser os mais esclarecidos e abnegados defensores dos interesses dos seus povos e das suas pátrias. O patriotismo dos comunistas é porém inseparável da fidelidade ao internacionalismo proletário. A independência política e orgânica de cada partido conjuga-se com as exigências da unidade de todos os partidos. Cada partido contribui com a sua própria experiência para a elaboração duma orientação geral internacional do movimento comunista. [...] A unidade do movimento comunista internacional dentro dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário é o mais precioso dos bens dos trabalhadores de todo o mundo, é a melhor garantia do triunfo final da causa do comunismo (Cunhal, 2008d, p. 361).

Consideramos que as ideias centrais deste parágrafo são: 1) a necessidade de adaptação do marxismo-leninismo à realidade de cada país, 2) a interligação entre patriotismo e internacionalismo e 3) a importância da unidade no movimento comunista internacional. Estas serão as linhas orientadoras do pensamento de Álvaro Cunhal, pelo que abordaremos de seguida estes três pontos.

⁴³ Fonte electrónica.

3.1. Adaptação do marxismo-leninismo

A adaptação do marxismo-leninismo à realidade portuguesa, passou pela definição da etapa da revolução em Portugal (Cunhal, 1974b, p. 296). Álvaro Cunhal define-a como democrática e nacional, afirmando que “a luta pela democracia é parte constitutiva da nossa luta pelo socialismo” (Cunhal, 1974b, p. 138).

Podemos, então, afirmar que o modelo revolucionário que o PCP defendia era o democrático, ou seja, o da passagem do fascismo para a democracia, e não o da passagem para o socialismo. Álvaro Cunhal segue a linha de Lénine naquilo que designava como o curso histórico das revoluções. Em suma, antes de se partir para a revolução socialista tinham de estar maduras as condições para tal, o que não se verificava naquela altura (Cunhal, 1974b, p. 167).

Coloca-se outra questão: como se concretizaria a revolução democrática e nacional?

A ideia do levantamento armado ressurgiu após a correcção do desvio de direita, como teremos oportunidade de explicar. Para a preparação do VI Congresso, Álvaro Cunhal redige um documento que servirá de linha política e tática do PCP até ao 25 de Abril (Cunhal, 1974b, p. 9), cujo o título é *Rumo à Vitória*.

Neste livro de 1964, Álvaro Cunhal aborda, entre vários outros assuntos, temas importantes como a “dupla dependência” de Portugal e importância da unidade, já aqui expostas. Não obstante, o que torna este livro um documento político importante são duas questões: a caracterização da etapa da revolução, que já tivemos oportunidade de abordar, e o levantamento armado. Será relativamente a este último ponto estratégico sobre o qual nos iremos agora deter.

O levantamento nacional armado será a doutrina do PCP de 1965 a 1974. Surgiu devido à convicção generalizada de que para a derrubar o fascismo seria necessário o recurso à força (Cunhal, 1974b, p. 165). Como Álvaro Cunhal explica, foi o governo fascista que impediu a solução pacífica, não respeitando os sufrágios e reforçando as forças repressivas (Cunhal, 1974b, p. 166), devido às peculiaridades do Estado e governo fascistas, caracterizadas como sendo um “[...]governo terrorista dos monopólios associados ao imperialismo estrangeiro dos latifundiários” (Cunhal, 1974b, p. 20).

Deste modo, Álvaro Cunhal afirmava: “o regime mostrou que não entenderá outra linguagem que não seja a da força. O povo disso está convencido. E toda a Oposição hoje o aceita e defende” (Cunhal, 1974b, p. 167).

Com a expressão levantamento nacional, o PCP vincula o carácter peremptório, “[...] o choque decisivo e final contra a ditadura [que] será desencadeado, não como resultado duma «conspiração» feita à margem da luta popular, antes numa situação de luta política intensa e generalizada das massas populares” (Cunhal, 1974b, pp. 169-170).

Para que houvesse um levantamento nacional armado seriam necessárias duas condições: a luta popular das massas e um partido de vanguarda organizado e enraizado na classe operária. É neste contexto que a necessidade de um partido patriótico ligado organicamente ao povo português se mostra como um factor decisivo.

3.2. Patriotismo e internacionalismo

Ora, um partido enraizado e com uma base de apoio forte teria mais possibilidades de prosseguir a sua luta no plano nacional e, conseqüentemente, no plano internacional. Deste modo, quanto maior fosse a força nacional, maior poder-se-á, contudo, considerar que há alguma contradição nestes pressupostos? A resposta é negativa, uma vez que, como sabemos:

A primazia dos interesses do movimento no seu conjunto não significa que, considerando o processo revolucionário na sua mais ampla perspectiva, exista qualquer contradição entre os interesses do proletariado num país e os interesses do proletariado de todos os países. Na realidade, nunca existe tal contradição (Cunhal, 1975, pp. 9-10).

Nos anos 60 do século XX em concreto, a questão do patriotismo é fortemente influenciada pela natureza paradoxal do regime – um país colonialista e um país dependente dos monopólios estrangeiros. Acreditava-se que, para se ser patriota, era necessário que houvesse liberdade e democracia, deste modo um regime que colonizava outros povos não poderia ser um regime patriótico, como afirmava Álvaro Cunhal: “Ser patriota significa amar e defender o seu país e reconhecer aos outros o direito de amar e defender o deles” (Cunhal, 2008a, p. 293), ou seja, para que se fosse patriótico era impreterível que não houvesse convivência na exploração dos povos.

Por sua vez, por Portugal ser simultaneamente um país colonialista e colonizado, devido à sua grande dependência face aos monopólios estrangeiros nas mais variadas áreas da vida económica nacional (indústria mineira, telecomunicações, transportes colectivos e ferroviários, produção e distribuição de energia eléctrica, indústria siderúrgica, cerâmica, refinarias de petróleo, bancos companhias de seguros (Cunhal, 1974b, pp. 75-76)), uma política patriótica passaria necessariamente por esta “dupla libertação”. Libertando-se dos interesses monopolistas estrangeiros o país recupera a sua independência económica e política e, libertando os povos coloniais dá-lhes o direito à sua própria independência. Como se questionava Lénine: “pode ser livre [,leia-se patriótico,] um povo que oprime outros povos? Não” (Lénine, 1977)⁴⁴.

O apoio aos movimentos nacionais dos povos coloniais, movidos daquilo a que Lénine chamou de nacionalismo das nações oprimidas – “em todo o nacionalismo burguês da nação oprimida há um conteúdo democrático geral contra a opressão [...] (Lénine, 1977)⁴⁵ – é igualmente um impulso ao processo revolucionário mundial, como afirma Álvaro Cunhal, “a solidariedade e inter-ajuda entre o povo português e os povos das colónias portuguesas integra-se na união do movimento nacional libertador em geral com a luta do proletariado internacional” (Cunhal, 1974b, p. 104).

Deste modo, a questão colonial é também apresentada como um exemplo ilustrativo de como ser patriota é simultaneamente ser internacionalista. Em síntese “nos dias de hoje, em Portugal, os melhores patriotas são os internacionalistas” (Cunhal, 1974b, p. 101) e, consequentemente, “no mundo contemporâneo, não se pode ser porta voz dos verdadeiros interesses da nação, não se pode ser patriota autêntico sem se ser internacionalista” (Cunhal, 2008a, p. 293).

3.3. Unidade nacional e internacional

Por fim, outro ponto importante é a questão da unidade, quer no movimento comunista internacional quer das forças patrióticas nacionais.

O Secretário-Geral afirmava que “[...] todos os partidos, agrupamentos e individualidades que representam os interesses das classes que se opõem ao poder dos

⁴⁴ Fonte electrónica;

⁴⁵ *Idem*.

monopólios” (Cunhal, 2008c, p. 573) se deveriam unir num frente anti-salazarista. Ou seja, Álvaro Cunhal, aceitava formar uma plataforma comum anti-fascista cuja orientação política não fosse somente a do PCP, não obstante o papel central do Partido.

Ora, esta “cedência” assenta em dois pontos, em primeiro lugar na definição da etapa da revolução e das características da mesma e, em segundo, na teoria dos compromissos leninistas (Lara, 1987, p. 408).

Os compromissos, ligados à lógica da dialética e da necessidade de adaptação e análise da realidade concreta, revelam o pragmatismo tático e estratégico do marxismo-leninismo. Lénine discorre sobre o assunto em vários textos (Lénine, 1960; Lénine, 1977; Lénine, 1986), definindo os compromissos da seguinte maneira: “chama-se compromisso em política ao abandono de certas exigências, à renúncia a uma parte das reivindicações próprias, em virtude de um acordo com outro partido” (Lénine, 1977, p. 155).

A questão dos compromissos e da análise objectiva foi importante na redefinição do desvio de direita, uma vez que, apesar da importância estratégica da unidade, entre 1956 e 1959 houve uma “[...] *subestimação da importância da unidade democrática* [...]” (Cunhal, 2008c, p. 575).

Em que consistiu, então, este desvio de direita? Foi a caracterização do período que vai de 1956 a 1959, e consequente crítica. A orientação política do PCP neste período reiterava que a solução pacífica era a “[...] forma mais provável de queda do fascismo, o caminho que o PCP passava a apresentar *em substituição do levantamento nacional* [...]” (Cunhal, 2008c, pp. 535-536).

Esta solução pacífica mimetizava, em certa medida, que se verificava a nível internacional. Como já vimos, a solução pacífica foi aplicada como orientação do Partido no V Congresso e gerou várias discórdias no seio do PCP, seguindo a orientação do XX Congresso do PCUS, o que levou a uma posterior redefinição da linha política. Álvaro Cunhal tenta colmatar esta divergência, ainda antes da redefinição da linha política, afirmando que:

[...] cada partido comunista tem dois programas: tem o seu próprio programa, correspondente à etapa revolucionária que se atravessa no seu próprio país; e tem o programa do PCUS, documento teórico básico, guia para a acção, carta do comunismo de todos os partidos, o Manifesto Comunista da nossa época (Cunhal, 2008e, p. 361).

Se não tivesse havido uma tensão entre as duas perspectivas teria o PCP mudado de orientação política e feito um balanço crítico ao que foi chamado o desvio de direita?

Também num outro documento de 1963, intitulado de *O Desvio de Direita nos Anos 1956-1959 (Elementos de Estudo)*, Álvaro Cunhal, aceitando as teses do XX Congresso do PCUS, afirma que a realidade portuguesa não é a da coexistência pacífica, devido ao carácter da ditadura fascista (Cunhal, 2008c). No mesmo documento é dito que houve várias “confusões, vacilações, ideais oportunistas [...]” (Cunhal, 2008c, p. 535) que marcaram esta transposição das teses e que nunca se deu resposta às questões: “qual é a via para o derrubamento do fascismo? Como se pode na verdade derrotá-lo?” (Cunhal, 2008c, p. 536).

Podemos, então, afirmar que a campanha eleitoral de Humberto Delgado, e o que se afigurava como uma possível transição pacífica e eleitoral do regime, tiveram um papel central no que foi o desvio de direita. Como afirmou Cunhal: “a ideia da solução pacífica esteve assim ligada neste período a *ilusões legalistas e constitucionais*” (Cunhal, 2008c, p. 536)⁴⁶.

Por sua vez, já no rescaldo dessa mesma campanha, e com a derrota de Delgado, surge o ímpeto do golpe militar “[...] como forma de impor o respeito do voto popular a favor de Delgado [...]” (Cunhal, 2008c, p. 537). Álvaro Cunhal não vem negar o uso da violência e o golpe militar, nega sim a sua urgência, questionando-se sobre qual o momento oportuno para uma revolta e quais seriam as condições dessa insurreição.

Álvaro Cunhal concretiza afirmando que:

A concepção segunda a qual *a solução pacífica era a mais viável no Portugal fascista* e a preocupação de *chamar solução pacífica a soluções que de nenhum modo o seriam* teve a sua origem numa preocupação dominante na actividade do Partido neste período: a preocupação de *tranquilizar os elementos conservadores* que se destacam do fascismo, a preocupação de os não assustar com a ideia duma revolução [...] (Cunhal, 2008c, p. 538)⁴⁷.

Já no final deste documento, Álvaro Cunhal questiona-se sobre a possibilidade do levantamento armado, uma vez que “[...] *Salazar e a sua camarilha estão decididos a não entregar pacificamente o poder, estão dispostos a fechar os caminhos pacíficos para a*

⁴⁶ Itálicos do original;

⁴⁷ Fonte electrónica.

democracia [...]” (Cunhal, 2008c, p. 570)⁴⁸, a solução teria de passar necessariamente pelo levantamento em massa da nação.

A nível internacional, a questão da coexistência pacífica continuava em cima da mesa, contudo, com o início da década de 60 do séc. XX surge um problema mais imediato, o maoísmo. É nesse contexto que Álvaro Cunhal escreve *A Situação no Movimento Comunista Internacional*, cuja marca evidente é a reforço da necessidade de unidade no movimento internacional.

Os anos que seguem 1960 são marcados pelo conflito URSS vs. China. O Partido Comunista da China vem tecer uma série de críticas à política da coexistência pacífica, afirmando que “[...] a guerra é inevitável enquanto existir imperialismo” (Cunhal, 2008e, p. 383). Álvaro Cunhal tece vários elogios à política da coexistência pacífica, acusando os chineses de quererem perpetuar a guerra, inclusive a guerra termonuclear, contrariando assim o princípio leninista da coexistência pacífica (Cunhal, 2008e, p. 388).

Efectivamente, o PCC é uma peça desestabilizadora no MCI, uma vez que não estava de acordo com o critério maioritário no movimento comunista internacional, ou seja, não concordava com a existência de uma linha geral do movimento comunista (Cunhal, 2008e, p. 398). Álvaro Cunhal expressou relutância relativamente a esta posição chinesa, que se revelou um grande impedimento à unidade e disciplina internacionais. Afirmou, inclusive, que o esquerdismo, a acção política do PCC e a sua influência no movimento nacional-libertador eram os principais perigos (Cunhal, 2008e, p. 405).

Em suma e em traços gerais, o dissídio sino-soviético teve por base a vontade chinesa de se tornar a vanguarda do movimento comunista, não aceitando “[...] um tal reconhecimento pelo movimento comunista internacional da contribuição do PC da União Soviética, da sua autoridade e do seu prestígio” (Cunhal, 2008e, p. 409).

Álvaro Cunhal conclui afirmando que “são graves as divergências existentes no movimento comunista internacional. Não serão vencidas num curto prazo, mas acabarão por ser vencidas” (Cunhal, 2008e, p. 415). Todavia, a questão chinesa veio debilitar a unidade do movimento internacional.

⁴⁸ Fonte electrónica.

O SG do PCP, neste período, vem reafirmar veemente o papel de liderança do URSS do MCI, reforçando a importância da unidade. Escreve vários textos a defender esta posição, como por exemplo o *Discurso na Fábrica de Ligas Especiais de Moscovo*, de 1961, *Triunfo do Marxismo-Leninismo*, de 1962 ou *URSS – principal baluarte da revolução mundial*, de 1963, chegando a afirmar a ajuda da URSS ao povo português:

Nós, portugueses, sabemos bem que, construindo a sua felicidade, o povo soviético ajuda poderosamente o povo português [...] em ajuda ao povo português, nenhum outro povo tem feito mais pela libertação de Portugal da tirania fascista que o grande e glorioso povo soviético, guiado pelo partido de Lénine (Cunhal, 2008b, p. 304).

Desta forma, terminamos a nossa exposição dos princípios teóricos e de como estes foram influenciados pelo contexto histórico do autor.

Parte III

Sínteses e conclusões

À primeira vista parece inconciliável ser-se patriótico e internacionalista, ou seja, parece uma contradição a defesa da pátria e a luta internacional do proletariado. Tal contradição seria correcta se nos referíssemos ao patriotismo burguês. Contudo, o patriotismo das classes trabalhadoras vem demonstrar que os dois conceitos são de facto compatíveis.

Nacionalismo e internacionalismo não são compatíveis, na medida em que o primeiro se opõe necessariamente ao segundo. O nacionalismo trata-se de um aproveitamento, por parte das classes dominantes, do sentimento nacional de um povo, levando-o a acreditar na sua superioridade, logo, de acordo com o que procurámos demonstrar, opor-se-á ao internacionalismo.

Na mesma lógica em que o internacionalismo se opõe ao nacionalismo, o patriotismo das classes trabalhadoras é o oposto do patriotismo burguês, que, escondendo a sua verdadeira orientação de classe, ilude o proletariado e o leva no caminho do nacionalismo.

Podemos então concluir que só patriotismo proletário leva ao internacionalismo, enquanto que o patriotismo burguês, encapotando a sua verdadeira orientação de classe, conduz ao nacionalismo.

O soviético Titarenko (1950, p. 6) reiterava que “só pode ser internacionalista e patriota genuíno quem ama o seu povo e respeita os outros povos, quem sabe como combinar o amor pelo seu país com o ardente ódio aos opressores dos povos”⁴⁹, ou seja, de acordo com o autor, é condição *a priori*, ser-se patriota para se ser um verdadeiro internacionalista.

Albano Nunes, intelectual e antigo membro do Comité Central do Partido Comunista Português, afirmava que “só na aparência há contradição entre estas duas ideias [patriotismo e internacionalismo proletário]” (Nunes, 2013)⁵⁰. Trata-se de uma relação dialética,

⁴⁹ Tradução livre da autora. Do original: “*Sólo puede ser internacionalista y patriota genuino quien ama a su pueblo y respeta a los otros pueblos, quien sabe cómo combinar el amor por su país con el ardiente odio a los opresores de los pueblos*”;

⁵⁰ Fonte electrónica.

acrescentando que “[...] é uma evidência que quanto mais enraizado no seu povo for um partido e mais intensa a luta no plano nacional, maior será a sua contribuição para o reforço do movimento comunista internacional e para a luta geral dos trabalhadores e dos povos. E vice-versa” (Nunes, 2013)⁵¹.

Não obstante o papel central do internacionalismo proletário, a *praxis*, ou seja, acção transformadora, é impulsionada a nível nacional, de país a país, reforçando e abrindo caminho para a luta internacional. Ou seja, a luta nacional influencia a luta internacional e é, simultaneamente por ela influenciada, perfazendo então uma relação dialéctica.

Álvaro Cunhal resumiu com clareza esta relação entre patriotismo e internacionalismo: “Os marxistas-leninistas são simultaneamente internacionalistas consequentes e os melhores defensores dos interesses nacionais. O internacionalismo dos comunistas é a expressão de uma superior consciência nacional e a base de um patriotismo esclarecido.” (Cunhal, 1975, p. 12), sendo que por patriotismo esclarecido se entende patriotismo com orientação e consciência de classe. Acrescenta que “patriotismo e internacionalismo são traços essenciais da política e da actividade do PCP” (Cunhal, 1985, p. 264).

Assim sendo e como podemos constatar, o internacionalismo proletário, um dos pilares da teoria marxista, torna-se uma continuação lógica do patriotismo das classes trabalhadoras, assumindo um papel igualmente importante ao patriotismo. Podemos sintetizar o seguinte: “a solução dos problemas do povo e do país não vem de fora, é ao próprio povo que compete [...]” (Nunes, 2013)⁵² e que “[...] ninguém pode ser internacionalista sem ser patriota fervoroso; da mesma maneira, ninguém pode ser verdadeiro patriota sem ser internacionalista consequente.” (Maltez, 2009a)⁵³.

Todavia, a luta nacional e a internacional só estarão em pé de igualdade durante um determinado período de tempo, durante uma fase específica da revolução de cada país, uma vez que a defesa da Pátria é própria de uma determinada fase histórica.

Lembremos Lénine quando afirmava que “[...] a questão da pátria [...] não pode ser colocada ignorando o carácter histórico concreto [...]” (Lénine, 1984a, p. 174), ou seja, a defesa da pátria e do patriotismo pertence a uma determinada fase histórica, no caso português – e de

⁵¹ Fonte electrónica;

⁵² *Idem*;

⁵³ *Idem*.

acordo com a perspectiva do PCP e de Álvaro Cunhal, do período em análise —, à da passagem do fascismo para a democracia.

O revolucionário russo acrescenta que:

[...] o esquecimento do carácter historicamente transitório das fronteiras da nacionalidade ou da pátria, a transformação da legalidade burguesa num fetiche, a recusa do ponto de vista de classe e da luta de classe com o receio de afastar as «amplas massas da população» (leia-se: a pequena burguesia) — tais são indubitavelmente as bases ideológicas do oportunismo (Lénine, 1984a, p. 171).

E termina afirmando que:

O movimento socialista não pode vencer no velho quadro da pátria. Ele cria formas novas, superiores, da convivência humana, em que as necessidades legítimas e as aspirações progressistas das massas trabalhadoras de qualquer nacionalidade serão, pela primeira vez, satisfeitas em unidade internacional com a abolição das actuais fronteiras nacionais (Lénine, 1984a, pp. 171-172).

Ou seja, será consoante a análise de cada período histórico que o patriotismo e o internacionalismo serão ambos bandeiras políticas, uma vez que, aquando da passagem para o socialismo e, posteriormente para o comunismo, a unidade internacional sobrepor-se-á.

Não podemos esquecer que um dos objectivos da sociedade socialista é a extensão da luta de classes ao nível internacional, de modo a criar uma classe proletária una e internacionalizada — “a internacional”, como é dito nos hinos dos partidos comunistas. A pátria será necessariamente ultrapassada, uma vez que, como afirma Lénine, serão criadas novas formas de convivência humana e, tal como o Estado se esvaziará do seu sentido, também a Pátria, e consequentemente o patriotismo, o farão. Contudo, tal só sucederá na fase superior do comunismo (Lénine, 1985, p. 268).

No período em análise, 1960 a 1968, não era esse o caso e Portugal lidava com algo diametralmente oposto à passagem para o socialismo. O patriotismo foi a estratégia definida, juntamente com um sistema de alianças anti-fascista, o que fez com que, naquela altura, o conceito de patriótico se tornasse sinónimo de anti-fascista e democrata.

Álvaro Cunhal tinha essa “[...] larga perspectiva da revolução socialista” (Cunhal, 1975, p. 20) e, ao mesmo tempo, uma análise concreta do que eram as tarefas imediatas do PCP, definindo como objectivo da fase superior da revolução, isto é, após a conquista do poder pela

classe operária, “[...] a fusão do patriotismo socialista com o internacionalismo proletário” (Cunhal, 1975, p. 20).

Em suma e respondendo à questão de partida – qual o carácter da relação entre o patriotismo e o internacionalismo na teoria de Álvaro Cunhal, no período de 1960 a 1968? –: a relação é dialéctica e coerente com a análise que é feita por Cunhal e pelo PCP à etapa da revolução portuguesa. É dialéctica, uma vez que, mudando as condições materiais, mudará necessariamente a análise da fase histórica, fazendo também com que a relação destes dois conceitos sofra alterações. Como já tivemos oportunidade de explicar, a bandeira do patriotismo é própria de um determinado período histórico.

Acreditamos também que os objectivos a que nos predispusemos foram cumpridos, na medida em que demonstrámos como se relaciona o patriotismo e o internacionalismo no pensamento de Álvaro Cunhal, a sua evolução teórica, ligada à dialéctica e à análise do período concreto da história e, por fim, a importância de acontecimentos históricos, como por exemplo as eleições de 1958, o XX Congresso do PCUS ou o dissídio sino-soviético, na adaptação do pensamento do Secretário-Geral do PCP.

Álvaro Cunhal, enraizado no leninismo, soube analisar as condições portuguesas de modo a elaborar a estratégia política a que a elas se adaptasse. Não obstante, sabia que o objectivo era ser “internacionalista de facto” (Lénine, s.d, *apud* Cunhal, 1970, p. 23), defendendo o internacionalismo proletário e defendendo, consequentemente, a revolução socialista.

Bibliografia

Avante! - Órgão Central do Partido Comunista Português, 1968a. *Avante! - Órgão Central do Partido Comunista Português*. [Online] Available at: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09703.001.027> [Acedido em 6 Setembro 2017].

Avante! - Órgão Central do Partido Comunista Português, 1968b. *Avante! - Órgão Central do Partido Comunista Português*. [Online] Available at: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09703.001.029> [Acedido em 6 Setembro 2017].

Barata-Moura, J., 1978. *Ideologia e Prática*. Lisboa: Editorial Caminho.

Barata-Moura, J., 2013. *Intervenção de José Barata Moura, Álvaro Cunhal e o Partido: Uma relação dialéctica*. [Online] Available at: <http://alvarocunhal.pcp.pt/álvaro-cunhal-e-o-partido-uma-relação-dialéctica> [Acedido em 18 Agosto 2018].

Boguslavski, B. M. et al., 1978. *Curso de Materialismo Dialético e Histórico*. Lisboa: Edições Avante!.

Carmo, H. & Ferreira, M. M., 2008. *Metodologia da Investigação - Guia para a auto-investigação*. 2ª ed. Lisboa: Universidade Aberta.

Comissão Política do Partido Comunista Português, 1960. *Três Problemas de Actualidade*. [Online] Available at: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04435.776#!1> [Acedido em 25 Agosto 2017].

Creswell, J. W., 2009. *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. 3ª ed. Califórnia: SAGE Publications.

Cunhal, Á., 1974a. *Radicalismo Pequeno Burguês de Fachada Socialista*. 3ª ed. Lisboa: Edições Avante!.

Cunhal, Á., 1974b. *Rumo à Vitória*. Porto: Edições "A Opinião".

Cunhal, Á., 1975. *Algumas Experiências de 50 Anos de Luta do PCP*. Lisboa: Edições Avante!.

Cunhal, Á., 1975. *O Internacionalismo Proletário - Uma Política e uma Concepção do Mundo*. Lisboa: Edições Avante!.

Cunhal, Á., 1977. *A Questão do Estado, Questão Central de Cada Revolução*. 1ª ed. Lisboa: Edições Avante!.

Cunhal, Á., 1985. *O Partido com Paredes de Vidro*. 2ª ed. Lisboa: Edições Avante!.

Cunhal, Á., 1992. *Para a história da oposição ao Estado Novo - O Partido Comunista da «Reorganização» dos anos 40 ao 25 de Abril*. [Online] Available at: <http://www.pcp.pt/partido/anos/reorga.html> [Acedido em Agosto 30 2017].

Cunhal, Á., 2008a. Portugal numa Viragem. Em: *Obras Escolhidas Tomo II*. Lisboa: Edições Avante!, pp. 283-298.

Cunhal, Á., 2008b. Discurso na Fábrica de Ligas Especiais de Moscovo. Em: *Obras Escolhidas Tomo II*. Lisboa: Edições Avante!, pp. 299-304.

Cunhal, Á., 2008c. O Desvio de Direita nos Anos 1956-1959 (Elementos de Estudo). Em: *Obras Escolhidas Tomo II (1947-1964)*. Lisboa: Edições Avante!, pp. 531-589.

Cunhal, Á., 2008d. Triunfo das Ideias do Marxismo-Leninismo. Em: *Obras Escolhidas Tomo II*. Lisboa: Edições Avante!, pp. 359-362.

Cunhal, Á., 2008e. A Situação no Movimento Comunista Internacional. Em: *Obras Escolhidas Tomo II (1947-1964)*. Lisboa: Edições Avante!, pp. 381-415.

Cunhal, Á., 2010. *O Que Devemos a Lénine*. [Online] Available at: <http://www.omilitante.pcp.pt/pt/306/Efemeride/416/O-Que-Devemos-a-Lénine.htm> [Acedido em 10 Setembro 2017].

Engels, F., 2003. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. [Online] Available at: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/cap02.htm> [Acedido em 25 Janeiro 2017].

Estaline, J. V., 2015. *Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico*. [Online] Available at: <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1938/09/mat-dia-hist.htm> [Acedido em 28 Janeiro 2016].

Favrod, C.-H., 1976. *Le marxisme*. Paris: EDMA - L'Encyclopédie du monde actuel (Livre de poche).

Johnstone, M., 2012. Internacionais. Em: T. Bottomore, L. Harris, V. G. Kiernan & R. Miliband, edits. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 311-316.

Kamenka, E., 2012. Dialéctica. Em: T. Bottomore, L. Harris, V. G. Kiernan & R. Miliband, edits. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 168-176.

Lara, A. d. S., 1987. *A Subversão do Estado*. Lisboa: ISCSP-UTL.

Lara, A. d. S., 2015. *Ciência Política - Estudo da Ordem e da Subversão*. 8ª ed. Lisboa: ISCSP-UL.

Lénine, V. I., 1960. *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*. 2ª ed. São Paulo: Editora Escriba.

Lénine, V. I., 1977. A Pátria Socialista Está em Perigo. Em: *Obras Escolhidas em Três Tomos - Tomo II*. Lisboa: Edições Avante!, pp. 479-480.

Lénine, V. I., 1977. *Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação*. [Online] Available at: <http://www.dorl.pcp.pt/images/classicos/T20T084.pdf> [Acedido em 11 Setembro 2017].

Lénine, V. I., 1977. Sobre os Compromissos. Em: *Obras Escolhidas - II Tomo*. Lisboa: Edições Avante!, pp. 155-159.

Lénine, V. I., 1984a. A Situação e as Tarefas da Internacional Socialista. Em: *Obras Escolhidas - Tomo II*. Lisboa: Edições Avante!, pp. 171-176.

Lénine, V. I., 1984b. O Oportunismo e a Falência da II Internacional. Em: *Obras Escolhidas em Seis Tomos - Tomo II*. Lisboa: Edições Avante!, pp. 279-290.

Lénine, V. I., 1985. O Estado e a Revolução. Em: *Obras Escolhidas - III Tomo*. Lisboa: Edições Avante!, pp. 189-289.

Lénine, V. I., 1986. *O Proletariado Revolucionário E o Direito das Nações à Autodeterminação*. [Online]

Available at: <http://www.dorl.pcp.pt/images/classicos/T21T049.pdf>

[Acedido em 11 Setembro 2017].

Lénine, V. I., 1986. Sobre os Compromissos. Em: *Obras Escolhidas - V Tomo*. Lisboa: Edições Avante!, pp. 69-71.

Lénine, V. I., 2011. *Relatório Sobre o Momento Actual*. [Online]

Available at: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/05/07-01.htm>

[Acedido em 10 Agosto 2017].

Lénine, V. I., 2016. *Que Fazer? - Dogmatismo e "Liberdade de Crítica"*. [Online]

Available at: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/cap01.htm>

[Acedido em 5 Junho 2016].

Lenin, V. I., 2005. *On the National Pride of the Great Russians*. [Online]

Available at: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1914/dec/12a.htm>

[Acedido em 1 Junho 2016].

Maltez, J. A., 1991. *Ensaio sobre o Problema do Estado*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Maltez, J. A., 2009a. *Internacionalismo*. [Online]

Available at: <http://www.maltez.info>

[Acedido em 3 Junho 2016].

Maltez, J. A., 2009b. *Pátria*. [Online]

Available at: <http://www.maltez.info>

[Acedido em 1 Junho 2016].

Marxists Internet Archive Encyclopedia, s.d. *Glossary of Terms - Dialectical Materialism*.

[Online]

Available at: <https://www.marxists.org/glossary/terms/d/i.htm#dialectical-materialism>

[Acedido em 2 Junho 2016].

Marx, K., 1999. *Capital Volume One - Chapter Thirty-One: Genesis of the Industrial Capitalist*.

[Online]

Available at: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1867-c1/ch31.htm>
[Acedido em 9 Agosto 2017].

Marx, K. & Engels, F., 1997. *Manifesto do Partido Comunista*. [Online]
Available at:
http://www.pcp.pt/sites/default/files/documentos/1997_manifesto_partido_comunista_editorial_avante.pdf
[Acedido em 1 Junho 2016].

Marx, K., Engels, F. & Lenin, V. I., 1975. *Sobre o Internacionalismo Proletário e o Nacionalismo Burguês*. Lisboa: Estampa.

Morgadinho, M. d. P., 2001. A reorganização de 1940/41, Um momento decisivo na história do Partido. *O Militante*, Novembro/Dezembro.

Nunes, A., 2002. A Crise Académica de 1962 - Notas sobre o contexto histórico. *O Militante*, Março/Abril.

Nunes, A., 2013. *Intervenção de Albano Nunes, Patriotismo e internacionalismo; o nacional e o internacional na luta de classes*. [Online]
Available at: <http://alvarocunhal.pcp.pt/patriotismo-e-internacionalismo-o-nacional-e-o-internacional-na-luta-de-classes>
[Acedido em 1 Junho 2016].

Oníkov, L. & Shishlin, N., 1983. *Breve Diccionario Político*. Moscovo: Editorial Progreso.

Partido Comunista Português, 1965. *Programa do Partido Comunista Português (aprovado pelo VI Congresso)*. [Online]
Available at: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04536.001#!4>
[Acedido em 30 Agosto 2017].

Partido Comunista Português, 1967. *Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa*. [Online]
Available at: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02240.032>
[Acedido em 5 Setembro 2017].

Pereira, J. P., 2015. *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política - O Secretário Geral (1960-1968)*. Lisboa: Temas e Debates - Círculo de Leitores.

Petrović, G., 2012. Praxis. Em: T. Bottomore, L. Harris, V. G. Kiernan & R. Miliband, edits. *A Dictionary of Marxist Thought*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 435-440.

Poulantzas, N., 1978. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Lisboa: Moraes Editores.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V., 1998. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2ª ed. Lisboa: Grávida.

Rodrigues, F. M., 1985. *Anti Dimitrov - 1935-1985 meio século de derrotas da revolução*. Lisboa: Ulmeiro, LDA..

Rodrigues, F. M., 1999. *Abril Traído*. Lisboa: Edições Dinossauro.

Sá, L., 1986. *Introdução à Teoria do Estado*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Caminho.

Stalin, J. V., 1913. *Marxism and the National Question*. [Online] Available at: <https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1913/03.htm> [Acedido em 11 Setembro 2017].

Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2017. *Patriotism*. [Online] Available at: <https://plato.stanford.edu/entries/patriotism/#PatNat> [Acedido em 29 Agosto 2017].

Titarenko, S., 1950. *Patriotismo e Internacionalismo*. [Online] Available at: <https://docs.google.com/file/d/0ByP565N0sPRSeHhIWjlnWTBwazA/edit> [Acedido em 2 Junho 2016].

Trotsky, L., 2007a. *Nationalism in Lenin*. [Online] Available at: <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1925/lenin/10.htm#a1n> [Acedido em 1 Junho 2016].

Trotsky, L., 2007b. *The ABC of Materialist Dialectics*. [Online] Available at: <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1939/12/abc.htm> [Acedido em 2 Junho 2016].

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT